



MUNICÍPIO DE MOURÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal de Contas: 28
Ponto do POCAL: 13



A cluster of four handwritten signatures in blue ink, likely belonging to local officials or representatives, positioned in the bottom right corner of the page.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2014

	Pag.
INDÍCE	
I - INTRODUÇÃO.....	4
II - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	5
II-1 – RECEITA.....	5
II-1-1 – Receita Corrente.....	6
II-1-2 – Receita de Capital.....	10
II-1-3 – Outras Receitas.....	11
II-1-4 - Resumo das Receitas.....	12
II-1-5 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento.....	13
II-1-6 - Receita - Desvios.....	14
II-1-7 - Receita - Evolução.....	15
II-2 - DESPESA.....	16
II-2-1 - Despesa Corrente.....	17
II-2-2 - Despesa de Capital.....	21
II-2-3 - Despesa - Evolução.....	23
II-2-4 - Despesa - Desvios.....	24
II-2-5 – Grau de Cobertura das Despesas pelas Receitas.....	25
II-3 - RESUMO.....	26
II-4 - ENDIVIDAMENTO.....	26
II-4-1 - Dívida a Terceiros.....	26
II-4-2 - Dívida de Terceiros.....	27
II-4-3 - Dívida de Médio e Longo Prazo.....	28
II-4-4 – Limite de Dívida Total.....	29
II-4-5 - Verificação dos Limites de Encargos com o Pessoal 2014.....	32
II-5 – COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS.....	33
II-6 - INDICADORES DE GESTÃO.....	35
II-6-1 – Ráculos.....	35
III - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	39
IV - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	47
IV-1 - ACTIVO.....	48
IV-1-1 - Ativo Fixo.....	48
IV-1-2 - Ativo Circulante.....	49

IV-2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	50
IV-2-1 - Fundos Próprios.....	50
IV-2-2 - Passivo.....	51
IV-3 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	54
IV-3-1 - Custos.....	55
IV-3-2 - Proveitos.....	56
V - INDICADORES DE GESTÃO.....	57
VI - CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	59

I – INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2014, refletem a atividade municipal desenvolvida e a situação económica e financeira do Município de Mourão, constituindo estes documentos, um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º A/99 de 22 de fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001-2.ª Secção, que aprovou as Instruções para a Organização e Documentação das Contas das Autarquias Locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos de prestação de Contas sendo fundamentais para o controlo e gestão das Autarquias Locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os Previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano de 2014, de acordo com o estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

II - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar, quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas, quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos três anos.

II – 1 RECEITA

No ano financeiro de 2014, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 5.216.331,46, nota-se uma quebra de 17,39% -€ 1.098.519,47, relativamente ao ano de 2013.

À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado são as que constam do quadro seguinte, por ordem decrescente:

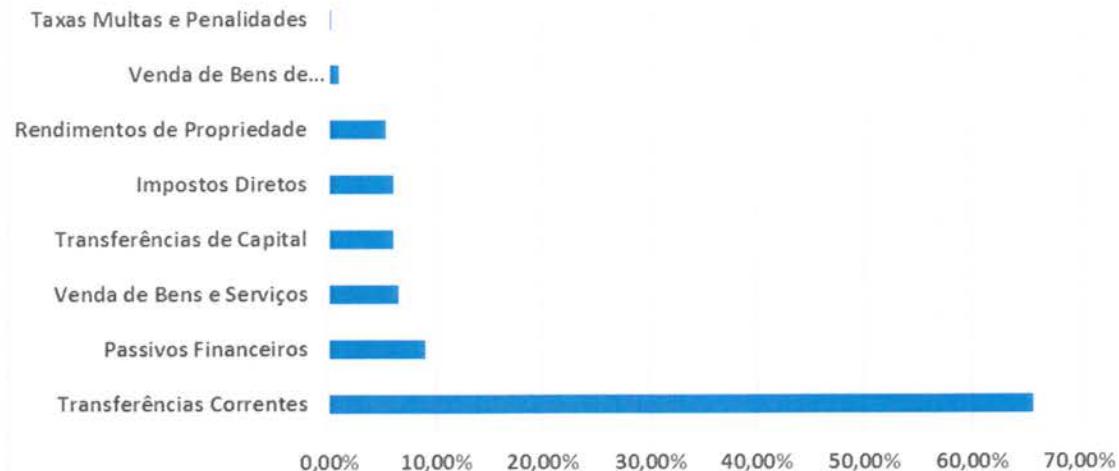
Quadro n.º 1 – Receitas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Transferências Correntes	3.426.309,22€	65,69
Passivos Financeiros	469.905,85€	9,01
Venda Bens e Serviços	339.236,70€	6,51
Transferências Capital	320.749,91€	6,13
Impostos Diretos	313.950,12€	6,02
Rendimentos de Propriedade	277.122,51€	5,31
Venda de Bens de Investimento	47.600,54€	0,91
Taxas, Multas e Outras Penalid.	11.283,20€	0,22
Outras Receitas Correntes	5.727,31€	0,11
Total...	5.211.885,36 €	99,91

As restantes rubricas representam 0,09% do total da receita arrecadada, no montante de € 5.216.331,46, tendo pouco significado em termos de valor absoluto.

O gráfico seguinte representa a proveniência das diferentes tipos de receita.

Gráfico n.º 1 - Proveniência das Receitas



II-1-1 Receitas Correntes

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2014 foi de € 313.950,12, correspondendo a 7,17 % das receitas correntes e 6,02% ao total da receita. Verificou-se um decréscimo de -25,95% no total dos Impostos Diretos (-€ 110.053,45). Estando repartido por ordem decrescente pelos seguintes Impostos: "IMT - Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis" 33,23% (-€ 140.918,12€), "Imposto Único de Circulação" 0,96% (-€ 4.095,71) em contrapartida os Impostos "Derrama" e "IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis", registaram um acréscimo de 4,13% (+€ 17.520,35) e 4,11% (+€ 17.440,02) respetivamente.

Em 2014 arrecadaram-se € 4.446,10 de *Impostos Indiretos*, representando um decréscimo de 72,87% (-€ 11.943,00), comparativamente a 2013, estando repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "Loteamento e Obras" 64,79% (-€ 10.618,04), "Taxa Municipal de Direitos de Passagem" 10,43% (-€ 1.709,63) e "Outros" 0,52% (-€ 85,23), em contrapartida os impostos: "Ocupação da Via Pública" e "Publicidade", registaram um acréscimo de 1,07% (+€ 175,40) e 1,80% (+€ 295,10) respetivamente. Relativamente aos impostos: "Saneamento e Conservação", "Utilização da Rede Viária", "Arrendamento Urbano" e "Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação", comparativamente ao ano de 2013, as

Helene

Roxana

Alfonsina

mesmas não foram objeto de registo. A contribuição dos Impostos Indiretos é de 0,11% para as receitas correntes e de 0,09% para o total da receita.

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que corresponde essencialmente ao pagamento de taxas por particulares, foi de € 11.283,20, registou um aumento de 14,22% (+€ 1.407,31), comparativamente a 2013. A contribuição desta receita é de 0,26% para as receitas correntes e de 0,12% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação positiva mais acentuada são: "Juros de Mora", com um acréscimo de 19,57% (+€ 1.932,97), "Saneamento" com 16,85%, (+€ 1.664,70) "Coimas e Penalidades por Contra Ordenações" com 16,86% (+€ 1.665,00) e "Ocupação da Via Pública" com 0,67% (+€ 69,19), contrariamente as rubricas "Mercados e Feiras" com 1,05% (-€ 103,32), "Loteamentos e Obras" com 9,04% (-€ 892,78), "Caça, Uso e Porte de Arma" com 0,78% (-€ 76,89), "Outros" com 13,97% (-€ 1.380,41) e "Juros Compensatórios" com 14,89% (-€ 1.471,15), registaram uma variação negativa significativa. Relativamente às rubricas "Multas e Coimas por Infrações ao Código da Estada" e "Multas e Penalidades Diversas", à semelhança de 2013, continuaram a não apresentar registo contabilístico.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, a qual corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 277.122,51, registou um decréscimo de 14,51% (-€ 47.056,31). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 6,33% para as receitas correntes e de 5,32% para o total da receita.

Em 2014 o Município recebeu € 3.426.309,22 de *Transferências Correntes*, correspondendo € 2.742.628,93 ao "Fundo de Equilíbrio Financeiro", € 57.796,00 ao "Fundo Social Municipal", € 38.864,00 à "Participação Fixa no IRS", € 586.568,09 a "Outros" e € 452,20 respeitante à rubrica "Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados".

Face a 2014 o total desta rubrica, registou um decréscimo de 5,87% (-€ 213.750,39), nomeadamente pela quebra de 1,76% (-€ 64.188,92) do "Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente", resultando do exposto no art.º 65.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, 0,04% (-€ 1.410,00) da "Participação Fixa no IRS" e 3,29% (-€ 119.755,05) respeitante à rubrica "Outros", agregando esta rubrica as transferências da Administração Central, tais como: Centro de Emprego de Évora, Ministério da Educação, Direção Geral de Educação e Instituto de Gestão Financeira da Solidariedade e Segurança Social, cujos objetivos visam: "Programas de Inserção Emprego", "Estágios Profissionais", "Programa de Desenvolvimento",



"Projeto com a componente de Apoio à Família", "Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo", "Acordo de Cooperação Situações/Especiais" e "Projeto de Proteção de Menores e Crianças em Risco". Relativamente à rubrica "Estado Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados", registou um decréscimo de 0,78% (-€ 28.396,42), cuja receita arrecadada foi proveniente da comparticipação financeira relativa ao FEDER, designadamente para o projeto: "Plano Municipal de Emergência", o valor da rubrica "Fundo Social Municipal", manteve-se idêntico ao ano de 2013. A contribuição desta receita é de 78,26% para as receitas correntes e 65,69% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi em 2014, de € 100.863,43, registou um aumento de 10,40% (+€ 9.498,48), relativamente a 2013, estando repartido pelas seguintes rubricas: "Bens Inutilizados" com 1,11% (+€ 1.015,00) e "Produtos Acabados e Intermédios" com 9,29% (+€ 8.483,48), esta rubrica agrupa unicamente a venda de água, o aumento verificado deveu-se essencialmente à aplicação do novo tarifário que entrou em vigor em agosto de 2014. O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 2,31% e de 1,94% nas receitas totais.

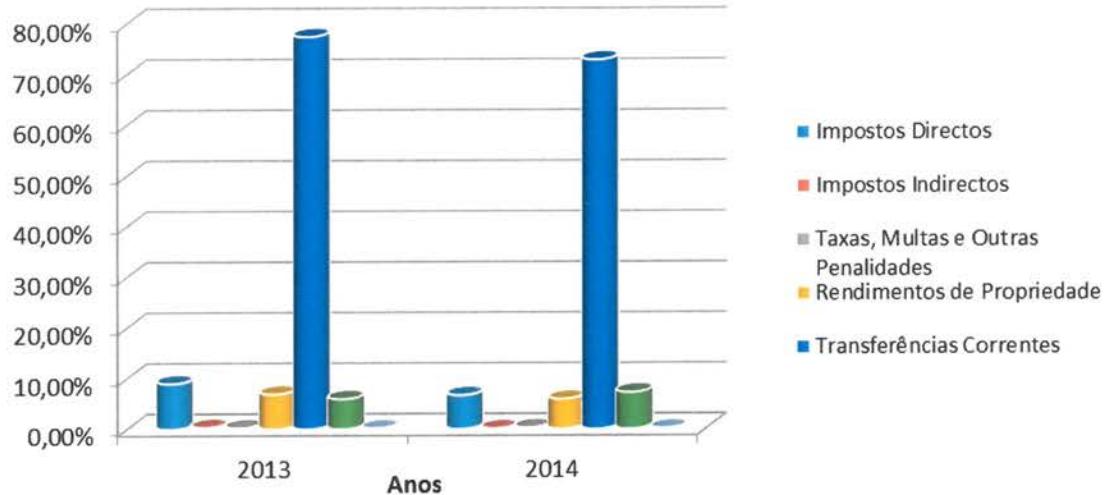
A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 227.590,02, o que representa um aumento de 25,20% (+€ 45.807,34), face a 2013, repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "Saneamento" 19,63% (+€ 35.685,99), "Resíduos Sólidos" 6,65% (+€ 12.084,59), "Outros" 6,40% (+€ 11.632,56) e "Transportes Escolares" com 0,34% (+€ 612,44), relativamente às rubricas "Saneamento", "Resíduos Sólidos" e "Outros", o aumento verificado deveu-se à aplicação dos novos tarifários aplicados em agosto de 2014. Contrariamente registaram variação negativa as rubricas "Cemitérios" com 5,14% (-€ 9.347,72), "Serviços Desportivos" com 1,71% (-€ 3.105,77), "Trabalhos por Conta de Particulares" com 0,53% (-€ 946,81), "Outros" com 0,33% (-€ 606,34) e "Mercados e Feiras com 0,11% (-€ 201,60). O peso da venda de serviços nas receitas correntes é de 5,20% e de 4,37% nas receitas totais.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e Alugueres* foi de € 10.783,25, registou um aumento de 76,24% (+€ 4.664,58) comparativamente a 2013. O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,25% e de 0,21% nas receitas totais.

A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2014, registou um valor de € 5.727,31, o que comparativamente a 2013, corresponde um decréscimo de 29,79% (-€ 2.430,39). O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,13% e de 0,11% nas receitas totais.

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um decréscimo de cerca de 6,88%, representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 2 - Comparação das Receitas Correntes



O valor do decréscimo das receitas correntes consta do quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das “Transferências Correntes”, nomeadamente na sob rubrica “Outros”.

Quadro n.º 2 – Decréscimo de receitas correntes

RUBRICAS	%
Impostos Directos	-2,34
Impostos Indirectos	-0,25
Taxas Multas e Outras Penalidades	+0,03
Rendimentos de Propriedade	-1,00
Transferências Correntes	-4,55
Venda de Bens e Serviços	+1,28
Outras Receitas Correntes	-0,05

Welfare

II - 1-2 - Receitas de Capital

Em 2014 as receitas de capital, registaram um decréscimo de 48,02%, passando o seu valor de € 1.612.916,91 para € 838.256,30, a diferença mais significativa verificou-se nas rubricas, "Transferências de Capital", essencialmente na sob rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro" e "Passivos Financeiros".

A receita proveniente da *Venda de Bens de Investimento* foi em 2014, de € 47.600,54, verificou-se um decréscimo de 10,30% face a 2013, correspondendo à alienação dos seguintes Bens Imóveis: "Lote de Terreno, sito na Zona Industrial, junto ao Cemitério de Mourão", "Prédio Urbano sito na Rua Manuel Joaquim Bação Lopes n.º 7 em Mourão" e "Prédio Urbano sito na Rua Alto da Forca n.º 10 também em Mourão", o qual a respetiva alienação está a ser efetuada em prestações mensais. A contribuição desta receita é de 5,68% para as receitas de capital e 0,96% para o total da receita.

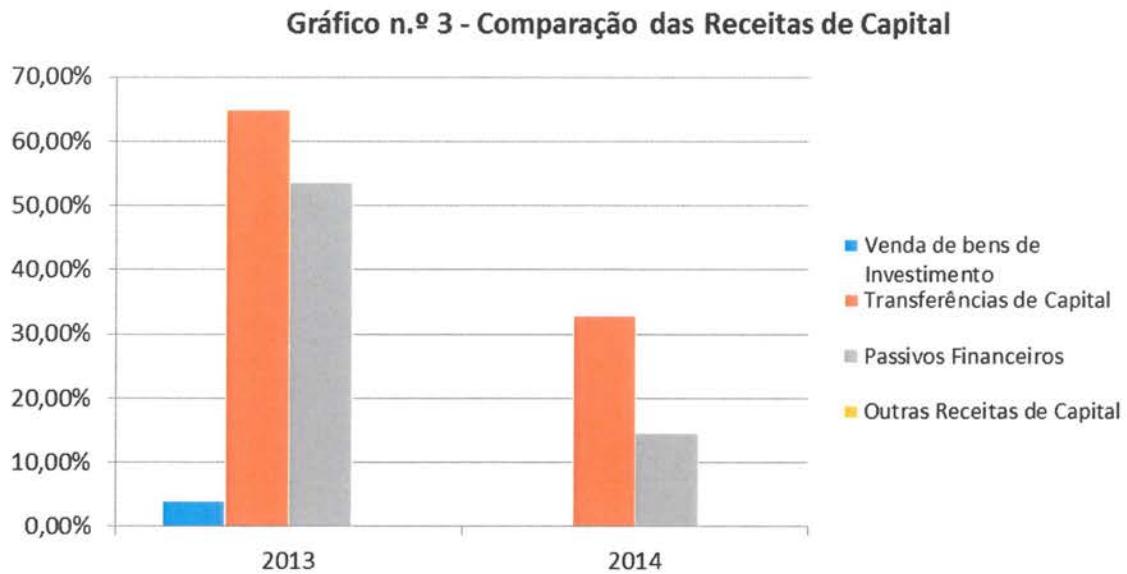
As *Transferências de Capital* ascenderam a € 320.749,91, correspondendo o total desta rubrica, ao total das sob rubricas "Fundo de Equilíbrio Financeiro", com € 316.607,00, verificou-se relativamente a esta sob rubrica uma quebra de 62,86% (-€ 535.954,85), resultando do exposto no Mapa XIX, anexo à Lei n.º 83-C/2013, de 31/12 (OE - 2014) e "Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados" com € 4.142,91, correspondendo o valor de € 55,25 à parte restante da comparticipação FEDER, relativa ao Plano Municipal de Emergência e € 4.087,66 à parte restante da comparticipação FEDER, relativa à obra "Beneficiação da EM 518 e Caminhos Municipais 1133 e 1135".

Para a estrutura das receitas de capital, o peso das Transferências de Capital é de 38,27% e de 6,15% para o total das receitas.

Relativamente aos "Passivos Financeiros", em 2014 o seu valor ascendeu a € 469.905,85, correspondendo à 2.ª e 3.ªTranche do empréstimo de Médio e Longo Prazo PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), de acordo com a Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, com o objetivo de proceder á regularização do pagamento de dívidas dos Municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012, no valor global de € 1.174.764,62. A contribuição desta receita é de 56,06% para as receitas de capital e 9,01%, para o total das receitas.

Relativamente às "Outras Receitas de Capital", verificou-se que no decorrer do ano de 2014 não houve registos contabilísticos.

Comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um decréscimo de cerca de 48,02% (-€ 774.660,61), representado no seguinte gráfico:



O valor do decréscimo das receitas de capital consta do quadro seguinte, tendo sido verificado nas rubricas: "Transferências de Capital", com 32,97% (-€ 531.811,94), "Passivos Financeiros", com 14,56% (-€ 234.952,92), "Venda de Bens de Investimento", com 0,34% (-€ 5.470,75) e "Outras Receitas de Capital", com 0,15% (-€2.425,00).

Quadro n.º 3 – Decréscimo de receitas de capital

RUBRICAS	%
Venda de Bens de Investimento	-0,34
Transferências de Capital	-32,97
Passivos Financeiros	-14,56
Outras Receitas de Capital	-0,15

II – 1 - 3 Outras Receitas

Em 2014 a rubrica "Outras Receitas", designadamente, "Saldo da Gerência Anterior", não foi objeto de movimento contabilístico, em virtude de apresentar valores negativos (-€ 95.464,24).

II – 1- 4 Resumo das Receitas

Por último, temos que as receitas correntes em 2014, não conseguiram cobrir as despesas correntes, pois estas últimas foram no valor global de € 4.589.104,72, sendo as receitas correntes no valor de € 4.378.075,16, ou seja, foi necessário utilizar € 211.029,56 de receitas de capital, para cobrir os montantes suportados com a despesas de funcionamento da Autarquia, nomeadamente as despesas relacionadas com o "Pessoal" e com a "Aquisição de Bens e Serviços".

No cômputo geral das receitas correntes, continua a verificar-se que ao longo dos últimos anos, são as "transferências Correntes", com cerca de 78,26%, a "Venda de Bens e Serviços Correntes", com 7,75%, os "Impostos Diretos", com 7,17% e os "Rendimentos de Propriedade", com 6,33% que apresentam maior peso, no total das receitas correntes. As restantes rubricas com cerca de 0,49%, apresentam valores em termos absolutos de pouca relevância.

O gráfico que se segue elucida bem o peso das receitas correntes.

Gráfico n.º 4 - Proveniência das Receitas Correntes



Ao nível das receitas de capital são os "Passivos Financeiros", com 56,05%, as "Transferências de Capital", com 38,27%, e a "Venda de Bens de Investimento", com 5,68% que absorvem a totalidade das receitas de capital, a rubrica "Outras Receitas de Capital", não foi objeto de registo contabilístico no ano de 2014.

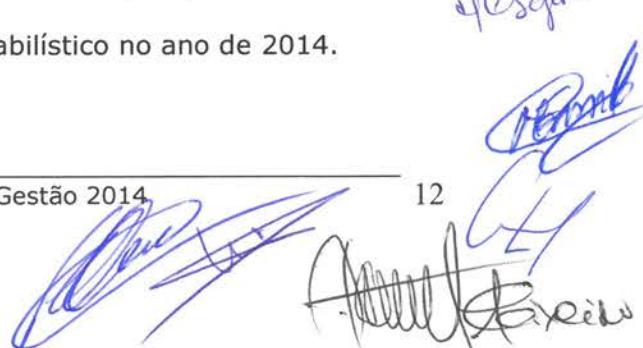
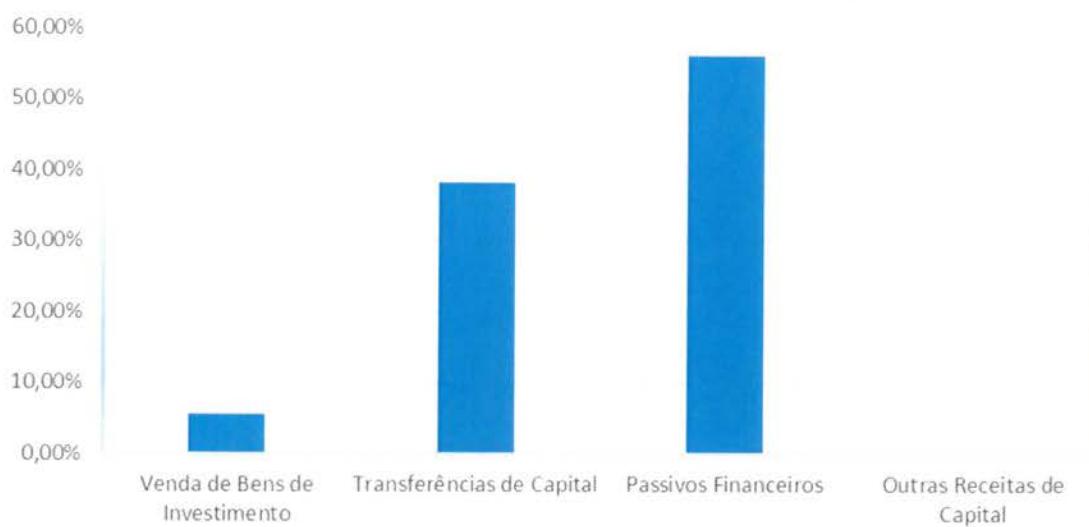


Gráfico n.º 5 - Proveniência das Receitas de Capital

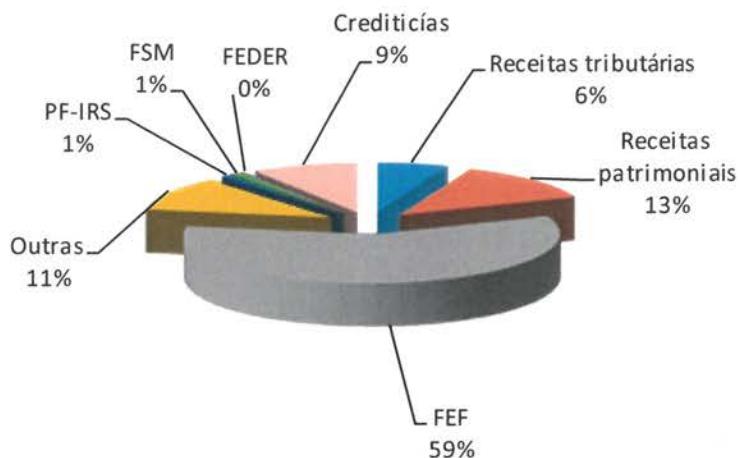


II – 1- 5 Receitas Segundo o Tipo de Financiamento - 2014

Quadro n.º 4 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento

DESIGNAÇÃO	2013		2014	
	VALOR €		VALOR €	
	Q	%	Q	%
RECEITAS PRÓPRIAS				
Receitas tributárias	424.003,60	6,71%	318.396,22	6,10%
Receitas patrimoniais	693.367,10	10,98%	680.970,26	13,05%
SUB-TOTAL	1.117.370,70	17,69%	999.366,48	19,16%
TRANSFERÊNCIAS				
FEF	3.659.379,70	57,95%	3.059.235,93	58,65%
FSM	57.796,00	0,92%	57.796,00	1,11%
PF-IRS	40.274,00	0,64%	38.864,00	0,75%
Outras	706.323,14	11,19%	586.568,09	11,24%
SUB-TOTAL	4.463.772,84	70,69%	3.742.464,02	71,75%
RECEITAS CREDITÍCIAS				
	704.858,77	11,16%	469.905,85	9,01%
COOPERAÇÃO FINANCEIRA				
FEDER	28.848,62	0,46%	4.595,11	0,09%
Contratos-programa				
FSE		0,00%		0,00%
SUB-TOTAL	28.848,62	0,46%	4.595,11	0,09%
TOTAL	6.314.850,93	100,00%	5.216.331,46	100,00%

Gráfico n.º 6 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento



II – 1- 6 Receita - Desvios

Quadro n.º 5 - Desvios da Receita

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIAÇÃO	
			Q	%
RECEITAS CORRENTES				
Impostos Diretos	345.400,00	313.950,12	31.449,88	9,11%
Impostos Indiretos	8.900,00	4.446,10	4.453,90	50,04%
Taxas, Multas e Penalidades	19.000,00	11.283,20	7.716,80	40,61%
Rendimentos de Propriedade	293.100,00	277.122,51	15.977,49	5,45%
Transferências Correntes				
FEF	2.849.462,00	2.742.628,93	106.833,07	3,75%
FSM	57.795,00	57.796,00	-1,00	0,00%
PF-IRS	38.864,00	38.864,00	0,00	0,00%
Outras	618.275,00	587.020,29	31.254,71	5,06%
Venda de Bens	358.790,00	100.863,43	257.926,57	71,89%
Venda de Serviços	419.800,00	227.590,02	192.209,98	45,79%
Rendas e Alugueres	12.100,00	10.783,25	1.316,75	10,88%
Outras Receitas Correntes	2.364.522,00	5.727,31	2.358.794,69	99,76%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.386.008,00	4.378.075,16	3.007.932,84	40,72%
RECEITAS DE CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	48.300,00	47.600,54	699,46	1,45%
Transferências Capital				
FEF	316.607,00	316.607,00	0,00	0,00%
Outras	76.160,00	4.142,91	72.017,09	94,56%
Passivos Financeiros	469.905,00	469.905,85	-0,85	0,00%
Empréstimos de curto prazo			0,00	
Outras Receitas de Capital	1.000,00		1.000,00	100,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	911.972,00	838.256,30	73.715,70	8,08%
OUTRAS RECEITAS				
TOTAL OUTRAS RECEITAS				
RECEITA TOTAL	8.297.980,00	5.216.331,46	3.081.648,54	37,14%

*Hesdare**Rebelo**CH**Teixeira*



II – 1 - 7 Evolução da Receita

Quadro n.º 6 - Evolução da Receita

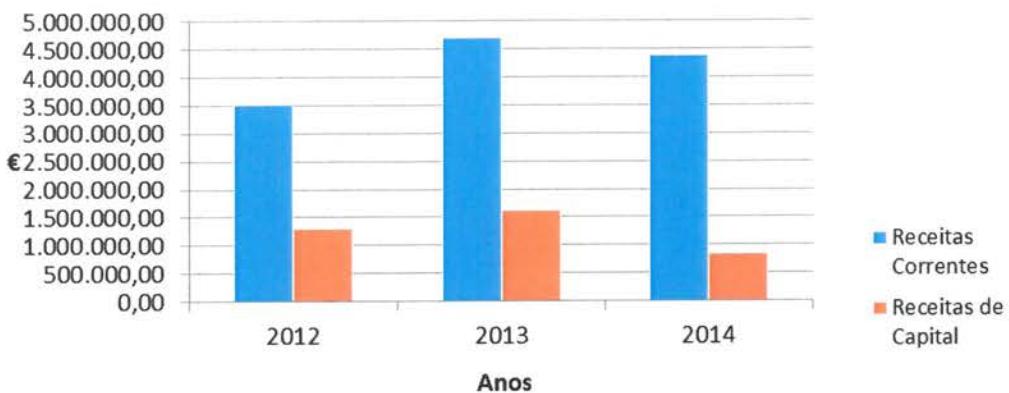
DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	Variação 14/13	
				q	%
RECEITAS CORRENTES					
Impostos Diretos	258.478,48	424.003,60	313.950,12	-110.053,48	25,96
Impostos Indiretos	2.184,50	16.389,10	4.446,10	-11.943,00	72,87
Taxas, Multas Penalidades	7.551,49	9.878,89	11.283,20	1.404,31	14,22
Rendimentos de Propriedade	251.760,39	324.178,82	277.122,51	-47.056,31	14,52
<i>Transferências Correntes</i>					
FEF	1.954.265,00	2.806.817,85	2.742.628,93	-64.188,92	-2,29
FSM	57.796,00	57.796,00	57.796,00	0,00	0,00
PF-IRS	40.274,00	40.274,00	38.864,00	-1.410,00	-3,50
Outros	665.972,74	735.171,76	587.020,29	-148.151,47	20,15
Venda de Bens	95.284,19	91.364,95	100.863,43	9.498,48	10,40
Venda de Serviços	182.856,22	181.782,68	227.590,02	45.807,34	25,20
Rendas	5.381,16	6.118,67	10.783,25	4.664,58	76,24
Outras Receitas Correntes	5.955,08	8.157,70	5.727,31	-2.430,39	29,79
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.527.759,25	4.701.934,02	4.378.075,16	-323.858,86	-6,89
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de Bens de Investimento	1.908,53	53.071,29	47.600,54	-5.470,75	10,31
<i>Transferências de Capital</i>					
FEF	1.307.412,57	852.561,85	316.607,00	-535.954,85	62,86
Outros			4.142,91		
<i>Passivos Financeiros</i>					
Empréstimos Curto prazo					
Empréstimos Médio Longo Prazo		704.858,77	469.905,85		
Outras Receitas Capital	3.075,00	2.425,00		-2.425,00	
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	1.312.396,10	1.612.916,91	838.256,30	-774.660,61	48,03
OUTRAS RECEITAS					
TOTAL OUTRAS RECEITAS					
RECEITA TOTAL	4.840.155,35	6.314.850,93	5.216.331,46	1.098.519,47	17,40

yeselase

RPapil

AM
GJ
SIXALO

Gráfico n.º 9 - Evolução das Receitas



II – 2 - DESPESA

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 5.016.501,10, repartido da seguinte forma:

- Despesa Corrente: € 4.589.104,72
- Despesa de Capital: € 427.396,38

As despesas tiveram um decréscimo entre 2013 e 2014, quer a componente relacionada com as despesas correntes, quer a componente relacionada com as despesas de capital, tendo ambas as componentes em 2014, diminuído. Em termos contabilísticos apenas está refletida a despesa paga, considerando que o valor de € 469.905,85, correspondente ao 2.º e 3.º Desembolso do empréstimo de médio e longo prazo (PAEL) liquidou compromissos assumidos á data de 30 de novembro de 2011, logo a despesa paga reflete esse mesmo valor, existem ainda no entanto € 2.104.188,71 de faturas processadas e não pagas, por falta de disponibilidade de Tesouraria.

No total da despesa, constata-se que são as despesas com "Pessoal", € 3.028.574,39, a componente com maior peso, ou seja representa 60,38% da mesma, seguindo-se as seguintes rubricas:

Quadro n.º 7 – Despesas mais relevantes

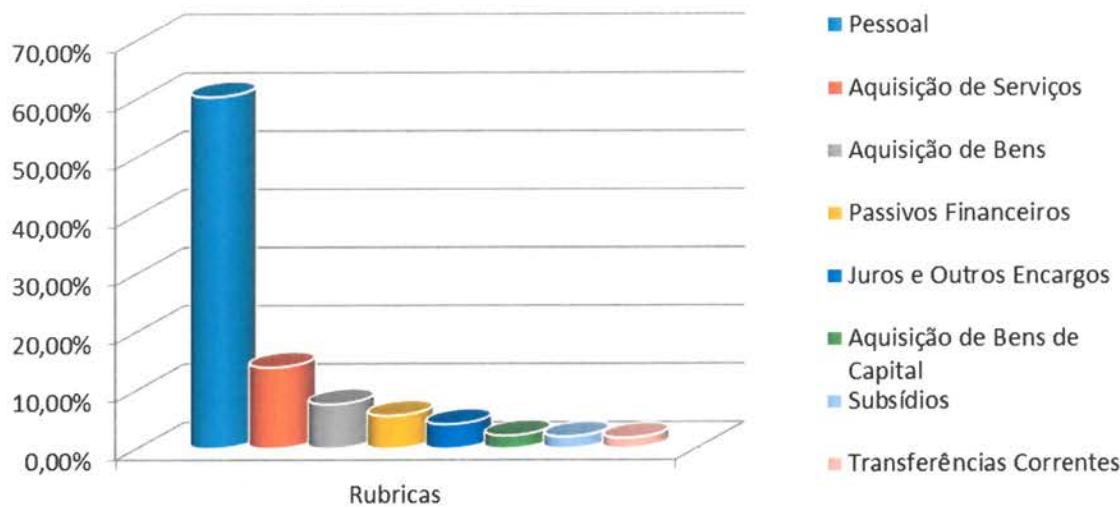
RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Aquisição de Serviços	698.708,09 €	13,93
Aquisição de Bens	381.367,29 €	7,61
Passivos Financeiros	283.166,59 €	5,65
Juros e Outros Encargos	210.605,53 €	4,20
Aquisição de Bens de Capital	111.913,43 €	2,23
Subsídios	102.411,79 €	2,05
Transferências Correntes	89.938,57 €	1,80

*HCSdare**Reinaldo**Almeida**deixa*

As restantes rubricas representam cerca de 2,15% da referida despesa.

Para melhor compreensão, apresenta-se, seguidamente, um gráfico com o valor relativo de cada uma das principais rubricas da despesa.

Gráfico n.º 10 - Peso da Despesa por Rubricas



II – 2-1 Despesas Correntes

Nas despesas com *pessoal*, estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos, dos funcionários municipais e do pessoal em regime de tarefa ou avença. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão, como em qualquer outra organização, têm um peso importante, pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da Autarquia e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2014, um valor de € 3.028.574,39, registando um aumento de 10,65% (+€ 291.291,49), face aos valores apresentados em 2013, deveu-se essencialmente à amortização da dívida que consta em Planos de Pagamento, nomeadamente à CGA – Caixa Geral de Aposentações, IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e ADSE – Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, sendo que 48,72% da receita arrecadada pelo Empréstimo de Médio e Longo Prazo (PAEL), reverteu para os referidos pagamentos. Continuou a verificar-se que no decorrer do ano de 2014 se procedeu á redução dos Abonos Variáveis ou Eventuais, nomeadamente: Horas extraordinárias e Ajudas de Custo. As despesas com o

Heselone
Branco
LL
Seixal

pessoal representam 66,00% das despesas correntes e 60,38% do total da despesa.

A despesa com a *Aquisição de Bens* foi de € 381.367,29 registou um decréscimo de 45,48% (-€ 318.226,98), face aos valores de 2013. Esta rubrica representa 8,31% na estrutura das despesas correntes e 7,61% no total da despesa. O desvio verificado em relação ao Orçamento foi 69,60% (-€ 872.825,71).

A rubrica *Aquisição de Serviços*, teve na gerência em análise um valor de € 698.708,09 registou um decréscimo de 35,88% (-€ 391.097,27) face a 2013. Esta rubrica representa 15,23% das despesas correntes e 13,93% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 58,96% (-€ 1.003.511,91).

Em 2014 os *Juros e Outros Encargos* registaram um valor de € 210.605,53, verificando-se um acréscimo de 3,63% (+€ 7.374,88) relativamente a 2013. Esta rubrica, agrupa os *Juros de empréstimos de médio longo prazo*, cujo total ascendeu a € 145.899,78, mais 14,54% (+€ 29.568,25) do que em 2013, valor correspondente aos Juros do 1.º, 2.º e 3.º Desembolso do Empréstimo de Médio e Longo Prazo (PAEL), contratado em 06 de junho de 2013, *Outros Juros*, cujo valor ascendeu a € 64.573,75, menos 10,93% (-€ 22.241,37) e *Outros Encargos Correntes da Dívida Pública*, com o valor de € 132,00, mais 0,02% (+€ 48,00). O seu peso nas despesas correntes é de 4,59% e de 4,20% nas despesas totais. Esta rubrica registou face à previsão orçamental, um desvio de 42,05% (-€ 152.819,47).

As *Transferências Correntes* em 2014 ascenderam a € 89.938,57, menos 83,36% (-€ 450.578,90) do que em 2013, o peso desta despesa é essencialmente destinado às Sob rubricas: "Administração Local – Associações de Municípios", cujo valor pago em 2014, inclui as Contribuições e diversos projetos protocolados com a "CIMAC" e Contribuições para a "Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago – Alqueva" ascendeu a € 41.111,96, menos 39,70% (-€ 214.598,33), "Instituições Sem Fins Lucrativos", com um valor pago de € 35.000,00, menos 42,96% (-€ 232.200,00), cuja finalidade visou o apoio à "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão" ao abrigo do "Protocolo para Enquadramento de Pessoal, destinado o integrar as Equipas de Intervenção Permanente" e "Estado" com € 13.826,61, menos 0,05% (-€ 280,57). Relativamente à sob rubrica "Freguesias", a mesma não apresentou valores em 2014, sofrendo um decréscimo de 0,65% (-€ 3.500,00). As transferências correntes correspondem a 1,96% das despesas correntes e a 1,80% das despesas totais.

totais. O desvio relativamente à previsão orçamental foi de 67,52% (-€ 186.951,43).

A rubrica *Subsídios*, registou em 2014 um valor de € 102.411,79, verificando-se um decréscimo de 16,39% (-€ 20.075,11), face a 2013, em virtude da redução do pessoal abrangido pelos "Contrato Emprego – Inserção" e "Contrato Emprego – Inserção +" (anteriormente denominado de POC,S, subsidiários e carenciados). São beneficiários destes Contratos, os desempregados inscritos nos Centros de Emprego e titulares:

- a) Subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego, designados desempregados subsidiados.
- b) Do Rendimento Social de Inserção.

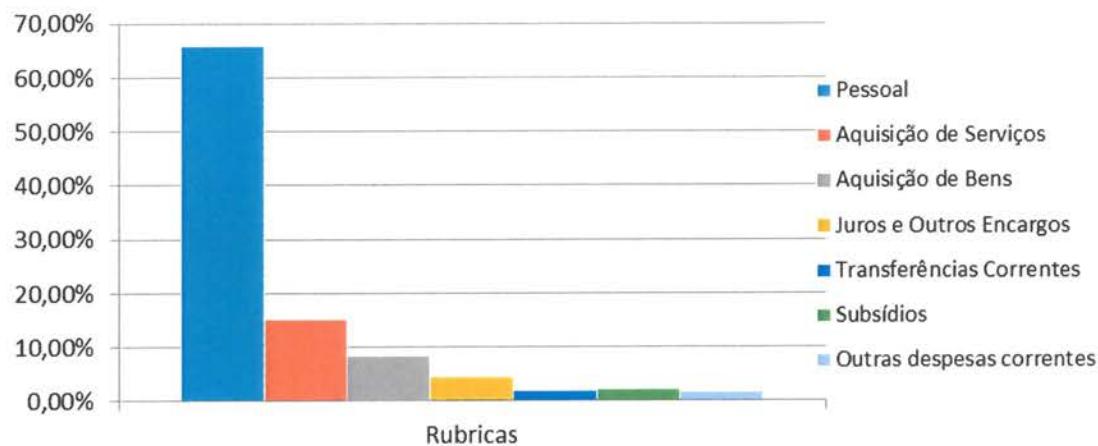
Estes projetos de trabalho socialmente necessário, não podem ter uma duração superior a doze meses. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção", os seus utentes auferem de uma bolsa mensal de 20% da prestação mensal de desemprego ou de 20% do indexante dos apoios sociais (caso se trate de subsídio social de desemprego), pagamento este, da responsabilidade da entidade promotora – Câmara Municipal de Mourão. Portanto, caso o utente aufera subsídio de desemprego, o valor da bolsa, varia consoante o montante desse mesmo subsídio. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção +", os encargos com a remuneração mensal do desempregado, são comparticipados pelo IEFP a 80%, durante todo o projecto, ficando a restante percentagem 20%, a cargo da Câmara Municipal de Mourão. Estas despesas representam 2,24% das despesas correntes e 2,05% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 1,06% (-€ 1.088,21).

As *Outras Despesas Correntes*, ascenderam em 2014 a € 77.499,06, diminuíram 23,73% (-€ 24.123,10), face a 2013. Correspondem a 1,69% das despesas correntes e a 1,55% do total da despesa. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 41,95% (-€ 56.000,94).

Relativamente às despesas Correntes, constatamos que é a rubrica de "Pessoal" que representa cerca de 66,00% do total, apresentando um valor superior a € 2.500.000,00, logo seguida pela "Aquisição de Serviços", com € 698.708,09 ou seja 15,23%, seguindo-lhe a "Aquisição de Bens", com € 381.367,29 e 8,31%, e a rubrica "Juros e Outros Encargos" com € 210.605,53 e 4,59%, por fim a rubrica "Subsídios", com € 102.411,79 e 2,24%. As restantes rubricas representam 3,65%

do total da despesa corrente, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme se pode observar no gráfico que se segue.

Gráfico n.º 11 - Peso das Despesas Correntes por Rubricas

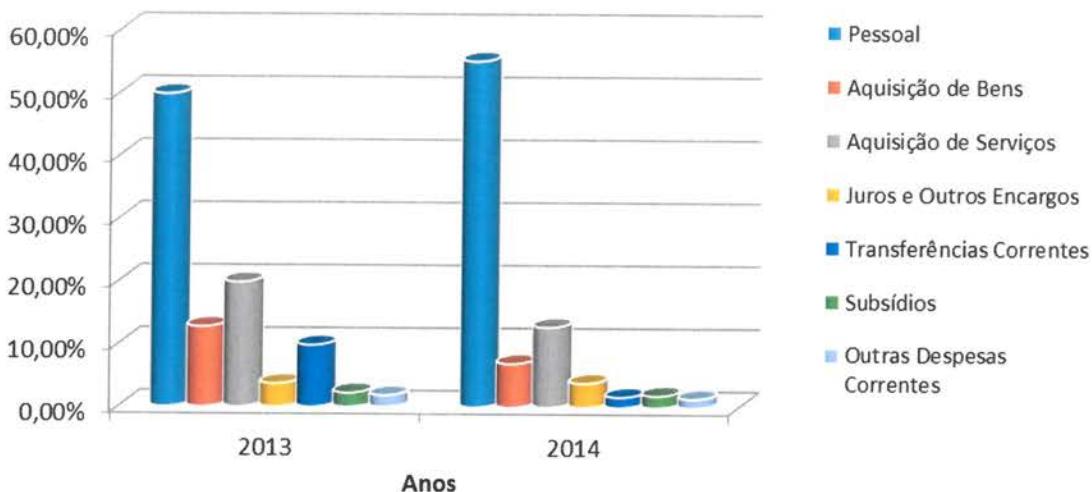


A variação percentual das referidas rubricas, no cômputo geral das despesas correntes, apresenta um decréscimo de 16,48%, (-€ 905.434,99), face ao ano de 2013, repartido: 8,20% (-€ 450.578,90) nas "Transferências Correntes", 12,92% (-€ 709.324,25) na "Aquisição de Bens e Serviços", 0,36% (-€ 20.075,11) nos "Subsídios" e 0,44% (-€ 24.123,10) nas "Outras Despesas Correntes". Em contrapartida as rubricas "Pessoal", e "Juros e Outros Encargos" registaram um acréscimo de 5,30% (+€ 291.291,49) e 0,14% (+€ 7.374,88) respetivamente.

No ano de 2014 ficaram por liquidar relativamente a estas rubricas 31,67% de encargos assumidos.

O Gráfico seguinte demonstra, o decréscimo verificado nas despesas correntes, relativamente a 2014:

Gráfico n.º 12 - Comparação das Despesas Correntes



II – 2 - 2 Despesas de Capital

As despesas de Capital, em 2014 ascenderam a € 427.396,38, verificou-se um decréscimo de 52,50% (-€ 472.366,24) face a 2013. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 53,14% (-€ 484.575,62). Este tipo de despesa corresponde a 18,18% do total das despesas.

A despesa efetuada com a *Aquisição de bens de capital*, foi de € 111.913,43. Face aos valores de 2013, registou uma diminuição de 39,85% (-€ 74.130,39), repartido pelas seguintes rubricas: 45,12% (-€ 83.914,53), nas "Construções Diversas", 7,69% (-€ 14.308,76), no "Equipamento Básico", 3,56% (-€ 6.630,35), nos "Terrenos", 1,17% (-€ 2.169,05) nas "Ferramentas e Utensílios" e 0,09% (-€ 167,28) no "Equipamento Administrativo". Em contrapartida as rubricas "Material de Transporte" e "Equipamento Informático", registaram um aumento de 15,15% (+€ 28.178,13) e 2,63% (+€ 4.881,45) respetivamente, relativamente à rubrica "Material de Transporte" o aumento verificado deveu-se essencialmente às reparações constantes do veículo pesado de recolha de resíduos sólidos, em virtude do mesmo se encontrar bastante obsoleto. Para a estrutura das despesas de capital esta despesa corresponde a 26,19% e para o total das despesas corresponde a 2,23%.

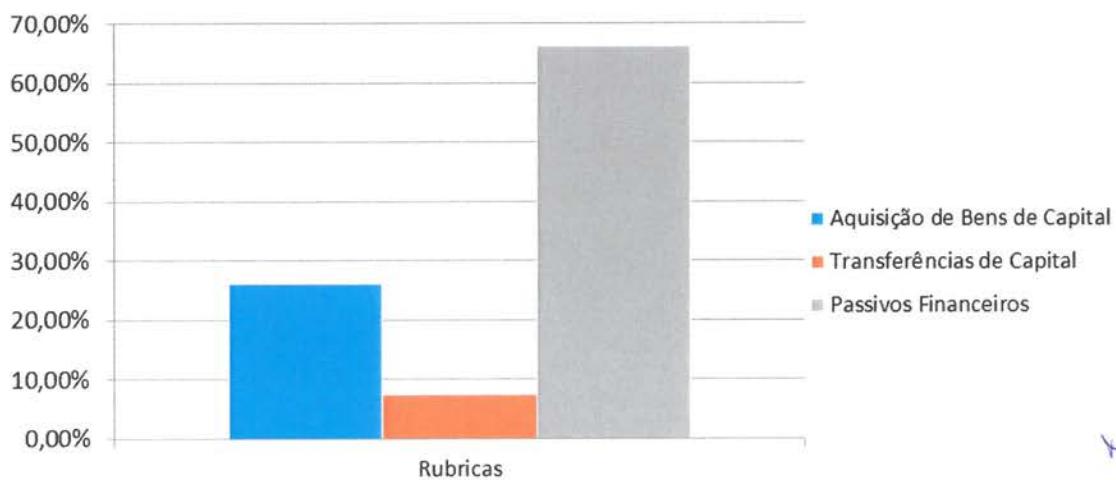
No ano financeiro de 2014, a rubrica "Transferências de Capital", registou um valor de € 32.316,36, que correspondeu ao apoio financeiro concedido á CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no âmbito do projetos "Modernização e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos", "Apetrechamento

Tecnológico das Escolas do Ensino Básico com o 1.º Ciclo", "Energia e Eficiência Energética na Iluminação Pública e "SIGREDES". O peso desta rubrica na estrutura das despesas de capital é de 7,57% e de 0,65% no total das despesas.

Relativamente aos *Passivos Financeiros* em 2014, o seu valor ascendeu a € 283.166,59, resultou das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, verificou-se um decréscimo de 59,05% (-€ 408.406,30), comparativamente a 2013, devido à impossibilidade do Município poder cumprir com as obrigações assumidas no contrato de Saneamento Financeiro celebrado com o BPI, em 08 de outubro de 2009 e evitar o incumprimento no âmbito do mesmo e consequentemente aumentar o valor da dívida dele resultante, por forma da obrigatoriedade de pagamento de juros de mora, foi efetuada uma alteração à forma de reembolso de capital contratualmente previsto, mediante a redução do montante das prestações de capital, sendo que a respetiva amortização anual se situou em € 30.000,00. O seu peso na despesa de capital é de 66,26% e de 5,65 no total da despesa. Relativamente á previsão orçamental verifica-se um desvio de 0,87%(-€2.489,41).

A rubrica "Passivos Financeiros", com € 283.166,59, representando cerca de 66,26% do valor total das despesas de capital e "Aquisição de Bens de Capital", com € 111.913,43, representando cerca de 26,19%, absorvem 92,45% do registo desta despesa, as restantes rubricas representam 7,55% do total da despesa de capital, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme é demonstrado no gráfico que se segue.

Gráfico n.º 13 - Peso das Despesas de Capital por Rubricas



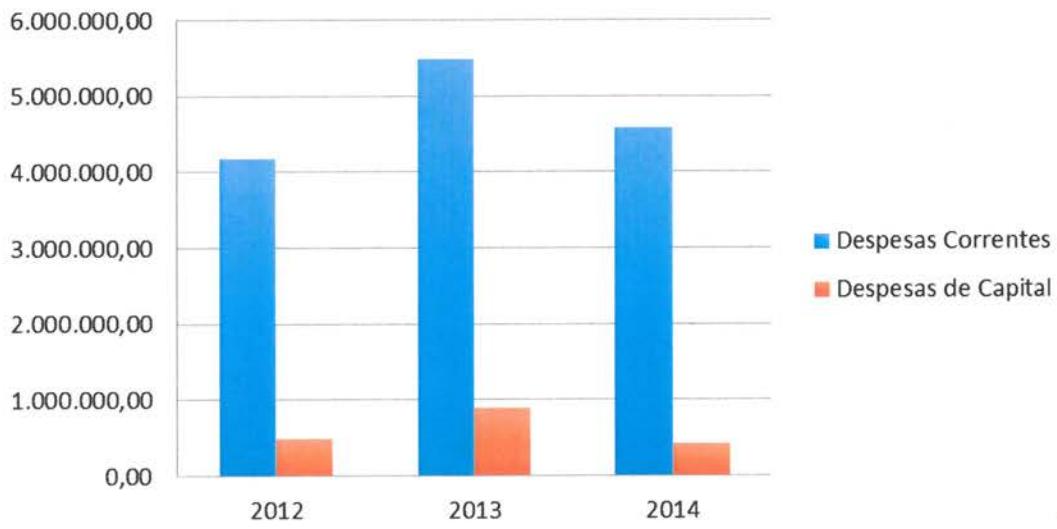
II – 2-3 Evolução da Despesa

Quadro n.º 8 – Evolução da Despesa

DESIGNAÇÃO	2012	2013	2014	Variação 13/14	
				q	%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	2.575.742,08	2.737.282,90	3.028.574,39	291.291,49	10,64
Aquisição de Bens	352.884,24	699.594,27	381.367,29	-318.226,98	45,49
Aquisição de Serviços	634.506,77	1.089.805,36	698.708,09	-391.097,27	35,89
Juros e Outros encargos	228.867,42	203.230,65	210.605,53	7.374,88	3,63
Transferências Correntes	225.979,86	540.517,47	89.938,57	-450.578,90	83,36
Subsídios	39.368,10	122.486,90	102.411,79	-20.075,11	16,39
Outras despesas correntes	128.377,74	101.622,16	77.499,06	-24.123,10	23,74
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	4.185.726,21	5.494.539,71	4.589.104,72	-905.434,99	16,48
Aquisição de Bens de Capital	104.513,99	186.043,82	111.913,43	-74.130,39	39,85
Transferências de Capital	10.541,09	22.145,91	32.316,36	10.170,45	
Activos Financeiros					
Passivos Financeiros	385.617,71	691.572,89	283.166,59	-408.406,30	59,05
Empréstimos a Curto Prazo				0,00	
Empréstimos Médio Longo Prazo				0,00	
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	500.672,79	899.762,62	427.396,38	-472.366,24	52,50
DESPESA TOTAL TOTAL	4.686.399,00	6.394.302,33	5.016.501,10	-1.377.801,23	21,55

O gráfico seguinte demonstra, a evolução das despesas correntes e de capital ao longo dos últimos três anos:

Gráfico n.º14 Evolução das Despesas



II – 2-4 Despesa - Desvios

Quadro n.º 9 - Desvios da Despesa

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIAÇÃO	
			Q	%
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	3.552.480,00	3.028.574,39	523.905,61	14,75%
Aquisição de Bens	1.254.193,00	381.367,29	872.825,71	69,59%
Aquisição de Serviços	1.702.220,00	698.708,09	1.003.511,91	58,95%
Juros e Outros Encargos	363.425,00	210.605,53	152.819,47	42,05%
Transferências Correntes	276.890,00	89.938,57	186.951,43	67,52%
Subsídios	103.500,00	102.411,79	1.088,21	1,05%
Outras Despesas Correntes	133.300,00	77.499,06	55.800,94	41,86%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	7.386.008,00	4.589.104,72	2.796.903,28	37,87%
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de Bens de Capital	555.036,00	111.913,43	443.122,57	79,84%
Transferências de Capital	71.280,00	32.316,36	38.963,64	54,66%
Passivos Financeiros	285.656,00	283.166,59	2.489,41	0,87%
Outras Despesas Capital				
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	911.972,00	427.396,38	484.575,62	53,13%
DESPESA TOTAL	8.297.980,00	5.016.501,10	3.281.478,90	39,55%

Os gráficos que se seguem, demonstram os desvios verificados, nas despesas correntes e de capital, relativamente à previsão do Orçamento.

Gráfico n.º 15 Despesas Correntes - Desvios

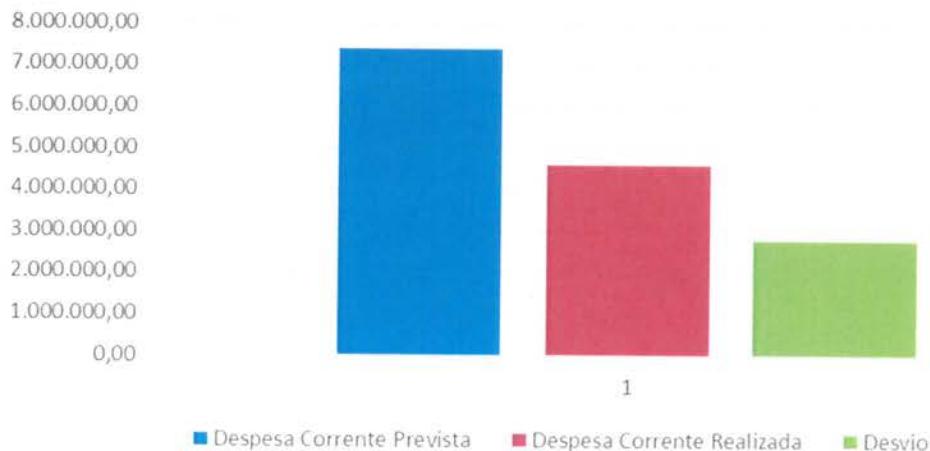
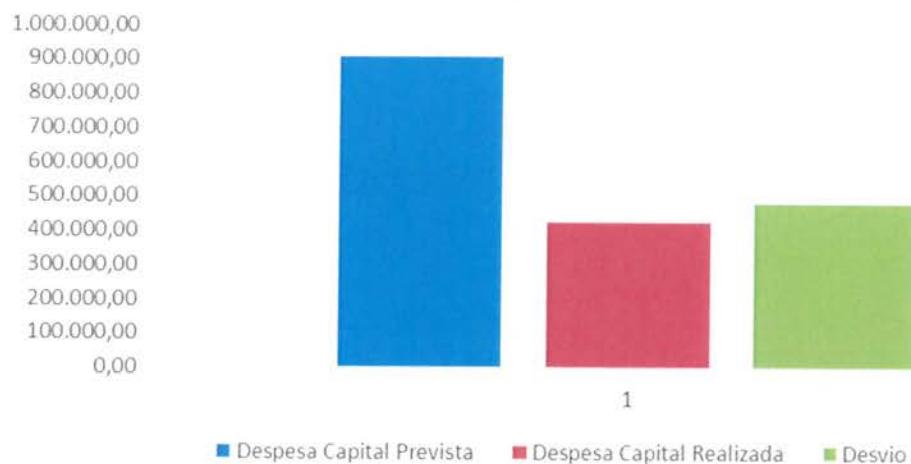


Gráfico n.º 16 Despesas de Capital - Desvios



II – 2-5 Grau de cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas

Correntes e das Despesas de Capital pelas Receitas de Capital

Quadro n.º 10 Grau de Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes e das Despesas de Capital pelas Receitas de Capital

	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	3.420.633,89 €	3.527.759,25 €	4.701.934,02 €	4.378.075,16 €
Despesas Correntes	4.255.081,88 €	4.185.726,21 €	5.494.539,71 €	4.589.104,72 €
Saldo	- 834.447,99 €	- 657.966,96 €	- 792.605,69 €	- 211.029,56 €
%	80,39%	84,28%	85,57%	95,40%
Receitas de Capital	1.230.533,62 €	1.312.396,10 €	1.612.916,91 €	838.256,30 €
Despesas de Capital	625.448,65 €	500.672,79 €	899.762,62 €	427.396,38 €
Saldo	605.084,97 €	811.723,31 €	713.154,29 €	410.859,92 €
%	196,74%	262,13%	179,26%	196,13%

Do ponto de vista do grau de cobertura das despesas correntes com as receitas correntes, verifica-se que longo dos últimos quatro anos, não foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, em virtude de as receitas correntes serem insuficientes para financiar as despesas correntes, estando estas a ser financiadas pelas receitas de capital.

*Mesdore**Ronaldo*

25

II - 3 RESUMO

Em jeito de conclusão, podemos constatar que a Autarquia viu o seu Orçamento executado a 59,28%, no que respeita às receitas correntes e a 62,14% no que respeita às despesas correntes. No que se refere às receitas e despesas de capital a execução foi de 91,92% e 46,87%, respetivamente.

Em 2014-12-31, as disponibilidades totais eram de € 55.138,34, sendo € - 95.464,24, de operações orçamentais e € 150.602,57 de operações não orçamentais.

II - 4 ENDIVIDAMENTO

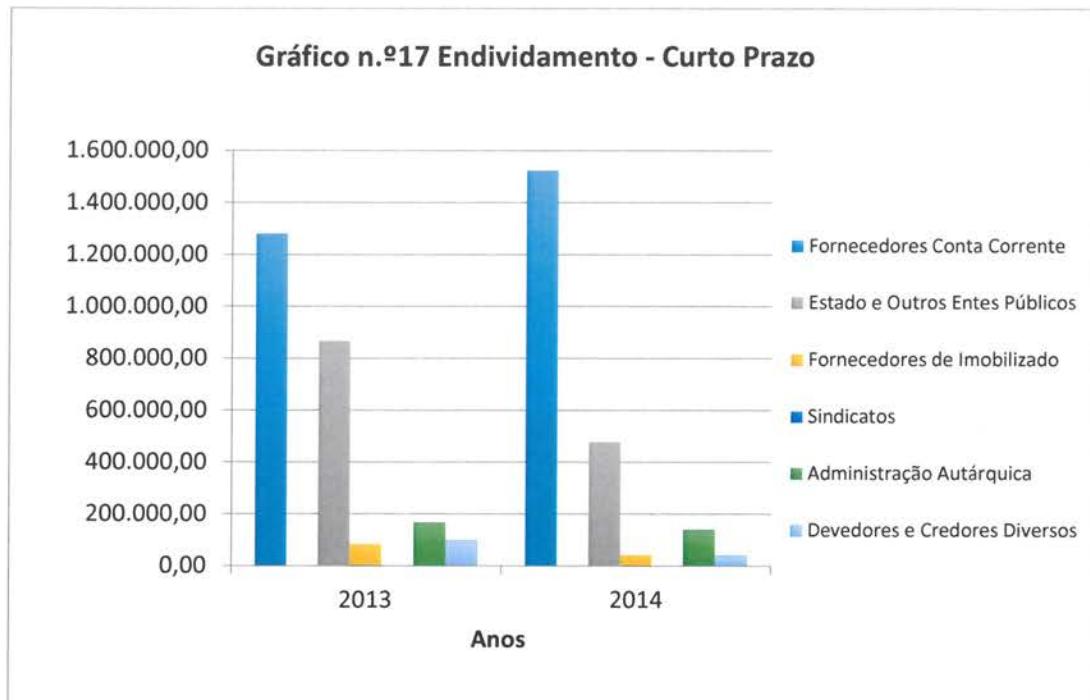
II – 4-1 Dívida a Terceiros

A Dívida de Curto Prazo ascende a € 2.229.943,55 e resulta de: Dívida a Terceiros, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro n.º 11 – Dívida a Terceiros - Curto prazo (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA	%
Fornecedores c/corrente	1.523.044,38	68,30
Estado e Outros Entes Públicos	477.258,08	21,40
Fornecedores de Imobilizado	43.895,78	1,96
Sindicatos	735,62	0,04
Administração Autárquica	141.556,71	6,35
Devedores e Credores diversos	43.452,98	1,95
TOTAL	2.229.943,55	100,00

Comparativamente ao ano de 2013, houve um decréscimo de 11,17% (-€ 280.545,48), conforme é demonstrado no seguinte gráfico:



II – 4-2 Dívida de Terceiros

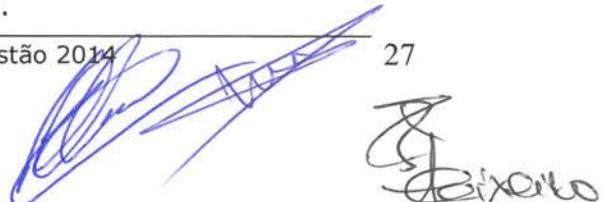
O quadro n.º 12, apresenta os valores em dívida de Terceiros, para com a Autarquia de Mourão, e a sua evolução nos últimos dois anos.

Quadro n.º 12 – Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)

2013	2014
3.978.884,86	2.435.222,09

O montante relativo às dívidas de terceiros à Autarquia de Mourão, corresponde à comparticipação do Fundo Comunitário para financiamento do seguinte projeto: "Festival Terras do Sol", no valor total de € 22.000,00 e Rendas devidas por parte da EDIA, ao abrigo do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 424/83, por o Município se encontrar na zona de influência da Central Hidroelétrica de Alqueva, desde 1996 até 2011, cujo valor apurado corresponde a € 2.197.252,00.

A dívida de Clientes c/c e Contribuintes c/c representa € 100.148,03, e corresponde a cobranças a decorrer dentro do prazo, relativas ao fornecimento de água, tratamento de efluentes e recolha de resíduos sólidos.



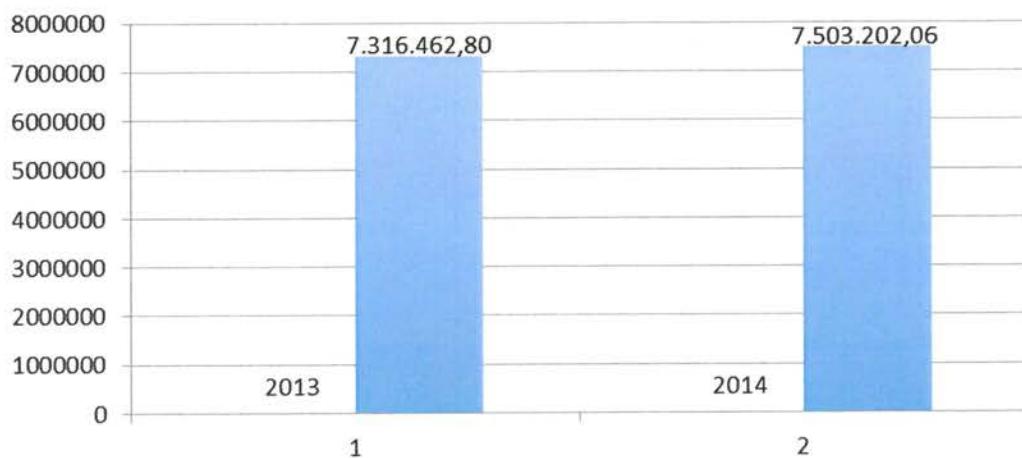
A dívida de Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa ascende a € 1.724.196,07, e corresponde a fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos e rendas patrimoniais. As provisões para cobranças duvidosas, foram reforçadas em € 19.291.88.

Em 31 de Dezembro de 2014, existia IVA a recuperar no montante de € 22.877,99.

II – 4-3 Dívida de Médio e Longo Prazo

Relativamente ao endividamento de Médio e Longo prazo, o aumento foi de 2,56% (+€ 186.739,26) comparativamente a 2013, em virtude da entrada da 2.^a e 3.^a Tranche no valor de € 469.905,85 relativas ao Contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, celebrado com o Estado Português – PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), o qual tem por objeto a regularização de dívidas dos Municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais em 31 de março de 2012, de salientar que no ano de 2014 se efetuou uma alteração à forma de reembolso de capital, relativamente ao empréstimo de Saneamento Financeiro contratualizado com o BPI em 08 de outubro de 2009, devido à impossibilidade do Município não poder cumprir com as obrigações assumidas, fixando-se o capital amortizado em € 30.000,00. O seguinte gráfico demonstra a evolução do endividamento de Médio e longo Prazo:

Gráfico n.º18 Endividamento - Médio e Longo Prazo



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, definindo o conceito de endividamento e o modelo.

[Handwritten signatures of municipal officials, including J.A.P., J.M.C., and others]

II – 4-4 Limite de Dívida Total

Nos termos do n.º 1, 2, 3 e 4 do Artigo 52.º da referida Lei:

"A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

"A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais".

Sempre que um Município:

"a) Não cumpra o limite no n.º 1 deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido."

"b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios."

"Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto."

Para melhor compreensão e análise o mapa abaixo identificado, designado "Ficha do Município", foi retirado da aplicação SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local que consta na DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e identifica a situação de dívida total do Município de Mourão à data de 31 de dezembro de 2014.



Ficha do Município

MOURÃO

4.º Trimestre de 2014

A. Dados entidade:

Área (Km2)	278.62	População (hab.)		Eleitores (n.º)	2556
			2663		
(4.º Trimestre de 2014)					
Pessoal ao serviço (n.º)		169			

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
3.420.634	3.527.759	4.701.934	11.650.327	3.883.442

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Límite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Límite da dívida total

5.825.163,58

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite (1)	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
01/01/2014							
5.825.164	9.837.874	6.638	9.844.512	9.561.494	3.736.331		
	31/12/2014						
	9.756.024	29.123	9.785.146	9.655.600	3.830.436		
	Variação da Dívida %						
	0,98%						
	Variação do Excesso da Dívida %						
	2,52%						
	Utilização da Margem Disponível						
	Dívida em excesso						

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2014)

- | | | | |
|--|-----------------------|-----|----------|
| 1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas | 5.818.270 | PMP | 415 dias |
| 2. Aquisição acumuladas | 1.279.009 | | |
| 3. Último PMP publicado | 161 dias (31/12/2013) | | |

PMP superior a 90 dias*yesfene*

F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	3.883.442	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	62,38%
Dívida total excluindo orçamentais (31-12-2014) (período corrente)	9.655.600	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	48,80%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2014) (período corrente)	2.152.398		

Saneamento Financeiro

Condições de adesão facultativa

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos



Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos



Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos



Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Recuperação Financeira

Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos



Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestaçāo de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos



Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos



Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%



H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Receitas		Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
				Total	Correntes	Capital	Total		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
4.701.934	1.612.917	-215.843		6.099.008	5.494.540	899.763	6.394.302	-295.295	

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	2.737.283	Variação	Valor (2 - 1)	291.291
2. Ano n	3.028.574		% (2-1)/1	10,64%

Município de Mourão – Relatório de Gestão 2014

31

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	180	Variação	Valor (2 - 1)	-11
2. Ano n	169		% (2-1)/1	-6,11%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim

II – 4-5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2014

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2014 foi de € 3.028.574,39, no montante de acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 13 - Limite de Encargos com Pessoal do Quadro

Receitas Correntes - 2013	Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2014	
4.701.934,02	60%	2.821.160,42



Quadro n.º 14 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1.405.624,73
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	104.446,20
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal dos Quadros	194.282,40
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	265.776,78
TOTAL		1.970.130,11

Quadro n.º 15 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2013	Limite das Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação para 2014	
2.821.160,42	25%	705.290,11

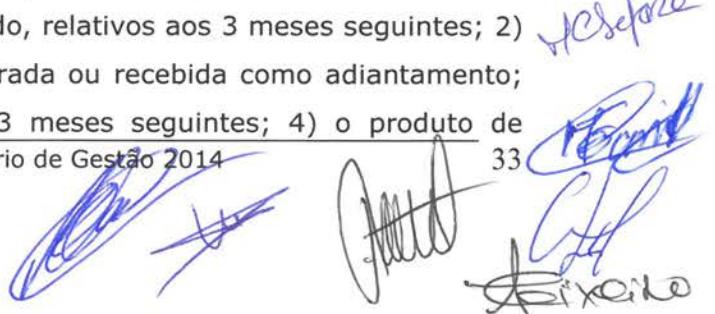
Quadro n.º 16 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.01	Titulares dos Órgãos de Soberaria, Membros dos Órgãos Autárquicos	82.465,22
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	21.129,24
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	8.959,04
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	12.507,23
TOTAL		125.060,73

II – 5 COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local: 1) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 3 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 3 meses seguintes; 4) o produto de



empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

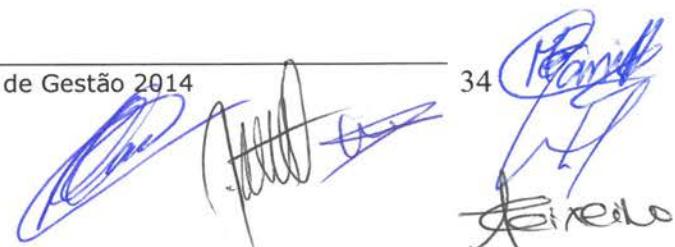
Quadro n.º 17 – Compromissos Assumidos

Descrição	Período	Valor €
Compromissos Assumidos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014	7.190.207,56
Compromissos Assumidos pagos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014	5.016.501,10
Diferença		2.173.706,46

Da análise do quadro supra, constata-se que no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, foram assumidos compromissos no valor total de € 7.190.207,56, dos quais foram pagos compromissos no valor de € 5.016.501,10, pelo que o valor dos compromissos assumidos e não pagos no final do mesmo período atingiu € 2.173.706,46 sendo que € 1.408.890,91 correspondem a compromissos assumidos em anos anteriores e € 774.815,55 a compromissos assumidos no ano em análise de salientar que deste valor corresponde € 405.226,70 à Empresa - Águas do Centro Alentejo

Os compromissos assumidos no ano de 2014, foram superiores aos *fundos disponíveis* no montante de € -1.558.319,89. Tal situação, deve-se ao facto de o Município não gerar receitas próprias e apresentar uma estrutura produtiva débil e pouco diversificada, onde escasseia a iniciativa empresarial e se verifica uma excessiva terciarização e uma grande dependência do Município, em termos de emprego e rendimento familiar, verifica-se igualmente que as receitas da Administração Central oriundas das Transferências do Orçamento de Estado possuem uma representatividade significativa, o que demonstra a forte dependência do Município face a estas receitas, comparativamente com a capacidade de gerar receitas próprias.

+esforço



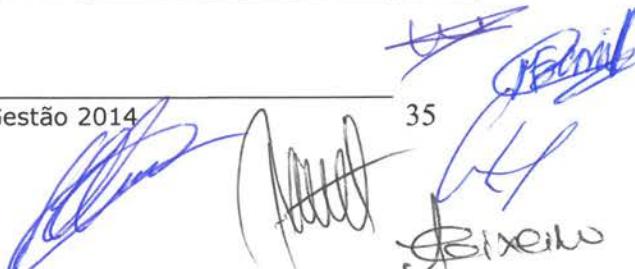
II - 6 INDICADORES DE GESTÃO

II – 6-1 Ráculos

O ano de 2014, evidencia algumas alterações em termos de estrutura da receita, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro n.º 18 – Ráculos de Estrutura da Receita

Ráculos de Estrutura da Receita									
Indicadores de Gestão		2012		2013			2014		
1	Receita Própria	807.267,01	16,68%	Receita Própria	1.045.485,31	16,56%	Receita Própria	999.366,48	19,16%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
2	Receita Interna	878.652,98	18,15%	Receita Interna	1.146.219,32	18,15%	Receita Interna	1.003.961,59	19,25%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
3	Impostos Diretos	258.478,48	5,34%	Impostos Diretos	424.003,60	6,71%	Impostos Diretos	313.950,12	6,02%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
4	Fundos Municipais	3.355.179,00	69,32%	Fundos Municipais	3.757.449,70	59,50%	Fundos Municipais	3.155.895,93	60,50%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
5	Passivos Financ.	0,00	0,00%	Passivos Financ.	704.858,77	11,16%	Passivos Financ.	469.905,85	9,01%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
6	Fundos Comunit.	64.217,94	1,33%	Fundos Comunit.	28.848,62	0,46%	Fundos Comunit.	4.595,11	0,09%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
7	Venda de Bens e Serviços Correntes	283.521,57	5,86%	Venda de Bens e Serviços Correntes	279.266,30	4,42%	Venda de Bens e Serviços Correntes	339.236,70	6,50%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	
8	Venda de Bens de Investimento	1.908,53	0,04%	Venda de Bens de Investimento	53.071,29	0,84%	Venda de Bens de Investimento	47.600,54	0,91%
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46	



Indicador 1 – A receita própria que consiste no somatório dos Impostos Indiretos com as Taxas, Multas e Outras Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2014, ano em que representou cerca de 19,16% da receita total. Em 2013 esta receita teve um peso de 16,56% na receita global.

Indicador 2 - A receita interna, calcula-se através da seguinte fórmula: Receita Total - Passivos Financeiros – (Transferências Correntes – Transferências de Fundos Comunitários Correntes) – (Transferências de Capital – Transferências de Fundos Comunitários de Capital) e em termos absolutos constata-se que no ano de 2014 o seu peso foi ligeiramente superior relativamente a 2013 de 18,15% para 19,25%.

Indicador 3 - No exercício de 2014, os Impostos Diretos foram menos representativos no cômputo da receita total do que em 2013, representando cerca de 6,02%. Em 2013 esta receita representou cerca de 6,71% do total da receita. Ainda assim, os impostos indiretos continuam a assumir pouca relevância na estrutura das receitas.

Indicador 4 - Em 2014 os Fundos Municipais oriundos do Orçamento de Estado, representam 60,50% do total da receita arrecadada.

Indicador 5 – Relativamente às três gerências em análise, verifica-se que os Passivos Financeiros, têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2013, representando cerca de 11,16%.

Indicador 6 - O ano de 2014, comparativamente às duas gerências anteriores foi aquele em que a receita arrecadada a título de Fundos Comunitários, teve menor peso no total da receita, 0,09%.

Indicador 7 – Em 2014 a Venda de Bens e Prestação de Serviços, representou cerca de 6,50% da receita total, contra 4,42% e 5,86% dos anos de 2013 e 2012, respetivamente.

Indicador 8 – A Venda de Bens de Investimento, teve pouco significado no total da receita recebida, com um peso apenas de 0,91%.

Os quadros identificados em baixo evidenciam os rácios de estrutura da Despesa:

Quadro n.º 19 – Ráculos de Estrutura da despesa

Ráculos de Estrutura da Despesa								
Indicadores de Gestão		2012		2013		2014		
1	Receita Total	4.840.155,35	103,28%	Receita Total	6.314.850,93	98,76%	Receita Total	5.216.331,46
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
2	Despesa Corrente	4.185.726,21	89,32%	Despesa Corrente	5.494.539,71	85,93%	Despesa Corrente	4.589.104,72
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
3	Desp. com Pessoal	2.575.742,08	54,96%	Desp. com Pessoal	2.737.282,90	42,81%	Desp. com Pessoal	3.028.574,39
	Desp. Total	4.686.399,00		Desp. Total	6.394.302,33		Desp. Total	5.016.501,10
4	Investimento	104.513,99	2,23%	Investimento	186.043,82	2,91%	Investimento	111.913,43
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
5	Fundos Municipais	3.355.179,00	71,59%	Fundos Municipais	3.757.449,70	58,76%	Fundos Municipais	3.155.895,93
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
6	Passivos Financ.	385.617,71	7,97%	Passivos Financ.	691.572,89	10,95%	Passivos Financ.	283.166,59
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46
7	Passivos Financ.	385.617,71	8,23%	Passivos Financ.	691.572,89	10,82%	Passivos Financ.	283.166,59
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
8	Receita Corrente	3.527.759,25	75,28%	Receita Corrente	4.701.934,02	73,53%	Receita Corrente	4.378.075,16
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
9	Compr. Assumidos	7.480.855,75	159,63%	Compr. Assumidos	8.692.785,76	135,95%	Compr. Assumidos	7.190.207,56
	Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10
10	Compr. Assumidos	7.480.855,75	154,56%	Compr. Assumidos	8.692.785,76	137,66%	Compr. Assumidos	7.190.207,56
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46

Indicador 1 – Em 2014, o saldo da gerência foi negativo, em virtude do saldo da gerência anterior ter sido negativo em € -295.294,60 a receita total arrecadada em 2014 superou a despesa realizada.

Indicador 2 – No ano de 2014 a despesa corrente representa 91,48% da despesa total.

Indicador 3 – As despesas com o Pessoal, representam 60,37% da despesa total no ano de 2014, contra 42,81% e 54,96% dos anos de 2013 e 2012, respetivamente.

Indicador 4 – Relativamente ao rácio do Investimento em relação à despesa total, o Investimento corresponde no ano de 2014 a 2,23%, mantendo-se em valores idênticos ao ano de 2012 e ligeiramente inferior ao indicador relativo ao ano de 2013.

Indicador 5 – Os Fundos Municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2014, representam 62,91% da despesa total realizada no ano de 2014.

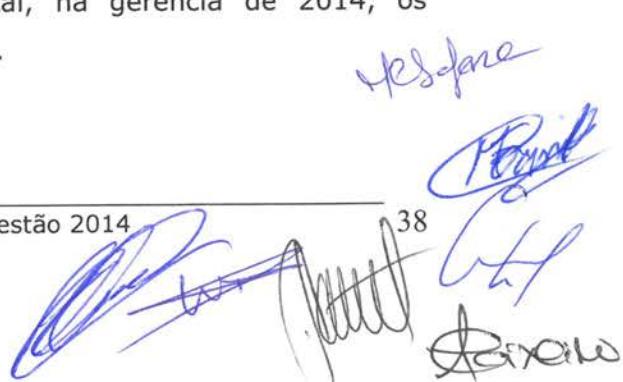
Indicador 6 – Em 2014 os Passivos Financeiros, despesa referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representou cerca de 5,43% da receita total, contra 10,95% e 7,97% dos anos de 2013 e 2012.

Indicador 7 – Em 2014 os Passivos Financeiros, ou seja as amortizações de capital relativas aos empréstimos contratados, representam cerca de 5,64% da despesa total.

Indicador 8 – Contrariamente ao verificado no ano de 2013 comparativamente a 2012, a receita corrente em 2014, apresentou uma expressão mais significativa relativamente à despesa total com cerca de 87,27%.

Indicador 9 – Os compromissos assumidos, para o exercício de 2014, relativamente à despesa total realizada em 2014, têm um peso de 143,33%.

Indicador 10 – No que respeita à receita total, na gerência de 2014, os compromissos assumidos têm um peso de 137,84%.



Quadro n.º 20 – Ráculos Indicadores de endividamento

Ráculos de Indicadores de Endividamento								
	Indicadores de Gestão	2012		2013			2014	
1	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	17,02%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	21,50%	Amortização Emp. +Juros Emp.	493.772,12
	FEF+FSM+PFIRS	3.355.179,00		FEF+FSM+PFIRS	3.757.449,70		FEF+FSM+PFIRS	3.155.895,93
2	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	11,80%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,79%	Amortização Emp. +Juros Emp.	493.772,12
	Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46
3	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	12,19%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,63%	Amortização Emp. +Juros Emp.	493.772,12
	Desp. Total	4.686.399,00		Desp. Total	6.394.302,33		Desp. Total	5.016.501,10

Indicador 1 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2014 representa 15,65% da receita proveniente dos Fundos Municipais e Participação Fixa no IRS.

Indicador 2 – Relativamente à receita total, no ano de 2014 o Serviço da Dívida absorve cerca de 9,47% da mesma.

Indicador 3 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2014 representa 9,84% da despesa total, contra 12,63% em 2013 e 12,19% em 2012.

III – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR), onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades achadas relevantes.

Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações,

planeados para as *Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções* no ano de 2014, interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano.

O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2014, uma dotação total definida no montante de € 1.679.620,00, tendo sido executada 45,25%, ou seja € 760.037,81, comparativamente ao ano financeiro de 2013, registou-se um decréscimo na execução de 54,29% (-€ 902.953,88).

No ano de 2014, a execução das AMR – Atividades Mais Relevantes, em termos globais atingiu 68,44% da despesa inicialmente prevista, sendo que as *Funções Gerais*, apresentaram uma execução de 63,64%, as *Funções Sociais* 54,72%, as *Funções Económicas* 39,73% e as *Outras Funções* 73,51%.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em AMR e PPI para 2014, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo para 2014

Quadro n.º 21 - Atividades Mais Relevantes - Execução Anual

FUNÇÃO	2014			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2014
Funções Gerais				
Objetivos:				
Proteção Civil e luta contra incêndios	55.000,00	35.000,00	20.000,00	63,64%
Sub Total	55.000,00	35.000,00	20.000,00	63,64%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Serviços Auxiliares de Ensino	27.100,00	13.826,61	13.273,39	51,02%
Acção Social	22.650,00	65,00	22.585,00	0,29%
Cultura	86.300,00	63.835,48	22.464,52	73,97%
Desporto, Recreio e Lazer	6.000,00		6.000,00	0,00%
Sub Total	142.050,00	77.727,09	64.322,91	54,72%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Transportes Rodoviários	29.000,00	12.902,52	16.097,48	44,49%
Mercados e Feiras	8.850,00	3.751,99	5.098,01	42,40%
Outras Funções Económicas	4.110,00	15,00	4.095,00	0,36%
Sub Total	41.960,00	16.669,51	25.290,49	39,73%
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	445.081,00	429.198,37	15.882,63	96,43%
Transferências entre Administrações	221.420,00	63.076,65	158.343,35	28,49%
Diversas não Especificadas	6.470,00	2.415,66	4.054,34	37,34%
Sub Total	672.971,00	494.690,68	178.280,32	73,51%
TOTAL GERAL	911.981,00	624.087,28	287.893,72	68,43%

No que concerne ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a gerência de 2014, obteve uma execução de 17,71%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 23,02%, as *Funções Sociais* 13,22% e as *Funções Económicas* 36,53%.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, ficou a dever-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à sua não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos, que naturalmente, obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

Quadro n.º 22 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	2014			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2014
Funcões Gerais				
Objetivos:				
Administração Geral	96.700,00	22.261,19	74.438,81	23,02%
Sub Total	96.700,00	22.261,19	74.438,81	23,02%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Ensino Pré escolar	15.890,00	5.141,98	10.748,02	32,36%
Ensino Básico	46.845,00	9.195,09	37.649,91	19,63%
Ação Social	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00%
Habitação	31.193,00	5.063,56	26.129,44	16,23%
Ordenamento do Território	16.600,00	2.939,53	13.660,47	17,71%
Saneamento	13.000,00	466,82	12.533,18	3,59%
Abastecimento de água	63.600,00	25.909,27	37.690,73	40,74%
Resíduos sólidos	172.750,00	13.098,30	159.651,70	7,58%
Proteção do Amb. e conserv.	153.416,00	4.435,46	148.980,54	2,89%
Natureza	16.900,00	68,61	16.831,39	0,41%
Cultura	32.495,00	8.201,73	24.293,27	25,24%
Sub Total	563.689,00	74.520,35	489.168,65	13,22%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	18.000,00	3.627,22	14.372,78	20,15%
Industria e Energia	0,00			
Transportes e Rodoviários	77.600,00	34.830,83	42.769,17	44,89%
Comércio e Turismo	11.650,00	710,94	10.939,06	6,10%
Sub Total	107.250,00	39.168,99	68.081,01	36,52%
Outras Funções				
Objetivos:				
Diversas não Especificadas	0,00			
Sub Total	0,00			
TOTAL GERAL	767.639,00	135.950,53	631.688,47	17,71%

Os gráficos que se seguem demonstram:

Gráfico n.º 19: Valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2014.

Gráfico n.º 20: Evolução dos valores previstos e executados nas GOP – Grandes Opções do Plano, ao longo dos últimos três anos.

Gráfico n.º 19 - Grandes Opções do Plano por Funções

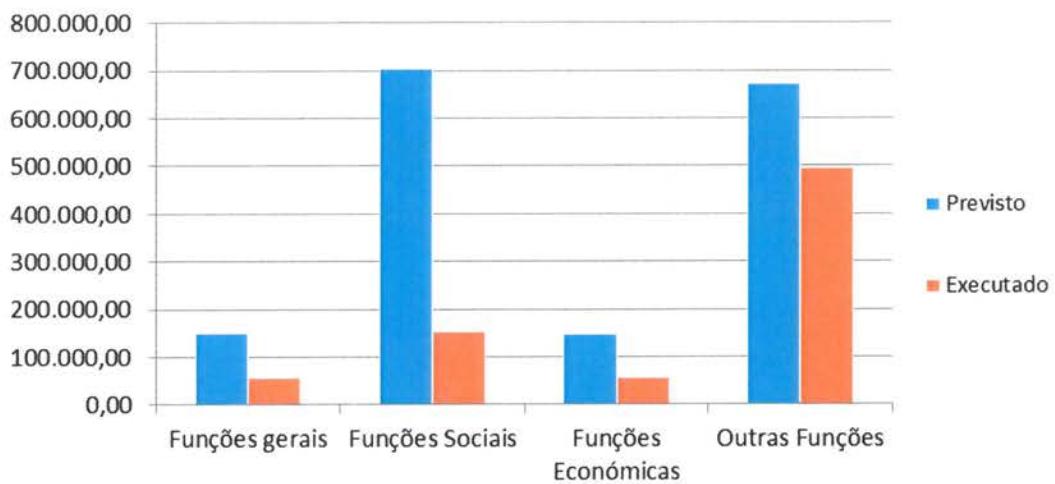
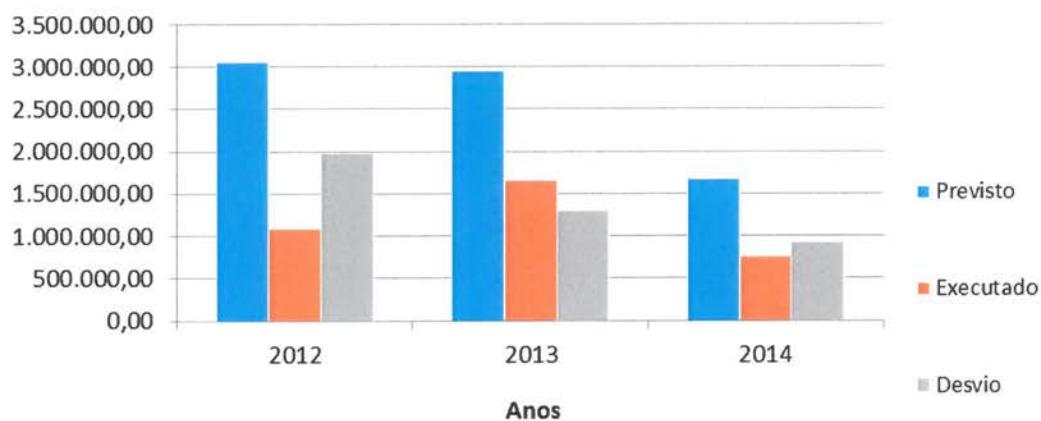


Gráfico n.º20 Execução das Grandes Opções do Plano



De salientar que ao nível funcional são os Objetivos, "Operações da Dívida Autárquica", "Ação Social", "Transportes Rodoviários", "Diversas não especificadas", "Cultura", "Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza", "Transferências entre Administrações", "Habitação", "Sinalização", "Proteção Civil e Luta contra Incêndios", "Mercados e Feiras", "Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca", "Desporto, Recreio e Lazer", "Saneamento" e "Serviços Auxiliares de Ensino" que por ordem decrescente, apresentaram um decréscimo de 54,29%, comparativamente a 2013. Contrariamente verificou-se um acréscimo de 1,92 % na execução dos objetivos: "Abastecimento de Água", "Ensino não Superior", "Resíduos Sólidos" e "Administração Geral". Relativamente às rubricas, "Industria e Energia", "Turismo" e "Outras Funções Económicas", as mesmas não apresentaram execução nos últimos três anos.

Funções Gerais

Aquisição de equipamento: Foi adquirido equipamento informático para a "Unidade Orgânica Administrativa e Financeira", num total de € 3.259,50. Relativamente ao equipamento básico, foram contemplados os "Serviços Administrativos", "Oficinas do Município", "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas" e "Casão da Rua D. Manuel I" num total de € 1.622,50. No que concerne à aquisição de Ferramentas e Utensílios, tiveram como destino, as "Oficinas do Município" e o "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas".

Investimento: Foram efetuadas pequenas reparações de conservação no Casão (Parque de Máquinas e Viaturas) e Edifício Paços do Concelho, foram reparadas algumas viaturas afetas ao Órgão Executivo e foi adquirido em 2.ª mão uma viatura ligeira de passageiros para o Órgão Executivo do Município.

Apoios Financeiros: À AHBVM (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão) para cobrir as despesas ao abrigo do "Protocolo para enquadramento de pessoal, destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente no valor de € 35.000,00.

Funções Sociais

Aquisição de equipamento: Adquiriu-se equipamento básico, para o "Jardim de Infância de Mourão", "Escola do 1.º Ciclo de Granja", "Refeitório da Escola do 1.º Ciclo de Granja", "Refeitório da Escola de 1.º Ciclo da Luz", "Escola do 1.º Ciclo da Luz", "Subunidade Orgânica de Águas e Saneamento", "Parque junto á Ermida de S. Bento", "Campo de Futebol de Mourão", "Piscinas Cobertas" e "Piscinas

"Descobertas", num total de € 9.108,88, adquiriu-se também sinais de trânsito e contentores de resíduos sólidos para as diversas ruas do Concelho no valor total de € 6.703,33.

Apoios financeiros: Relativamente aos "Serviços Auxiliares de Ensino", deu-se continuidade ao objetivo traçado pelo executivo, que visa fundamentalmente o apoio às crianças das diversas escolas do Concelho, nomeadamente, aquisição de bens de consumo alimentar, para as refeições das crianças que frequentam os Jardins de Infância do Concelho e participação no custo das refeições e aquisição de livros e material escolar, aos alunos subsidiários que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo. Considerando, que segundo o Decreto-Lei 299/84 de 05 de Setembro é da competência da Autarquia garantir o serviço de transporte dos alunos que frequentam o Ensino Básico e Secundário, entre o local da residência e o local do estabelecimento de ensino, quando residam a mais de 3 ou 4 Km das Escolas, respectivamente com ou sem refeitório. O Município tem garantido o mesmo com viaturas próprias, e com a participação no pagamento dos passes escolares, à Rodoviária do Alentejo. Assumiu também os transportes dos alunos às Piscinas Municipais e em visitas de estudo.

Devido às restrições impostas pelo PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, o Município foi obrigado a limitar os apoios financeiros concedidos às diversas Associações sediadas no Concelho, nomeadamente aquelas que desenvolviam atividade de caráter social, cultural e desportiva.

Foram também suportados pelo Município os encargos inerentes ao programa "Protecção de Crianças e Jovens em Risco".

Investimento realizado: Foram efetuadas pequenas reparações no "Jardim de Infância de Mourão" e "Escolas do 1.º Ciclo de Mourão, Granja e Luz", foram reparados os Prédios Urbanos, sitos na Rua do Poço, com os artigos 545 e 547 destinados a habitação, teve continuidade a obra de "Construção do Prédio Urbano, sito na Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão, n.º 8 em Mourão também com destino a habitação. Procederam-se a reparações na "Rede de Esgotos", "Rede de Distribuição de Água", sofreram também pequenas reparações os seguintes imóveis: "Cemitério Municipal", "Sanitários Públicos da Freguesia de Luz", "Galeria Municipal", "Prédio Urbano sito na Rua Dr. Libânio Esquível- Futuro Museu Etnográfico", "Piscinas Municipais" e "campo de Futebol de Mourão". Relativamente aos Parques e Jardins, foram beneficiados o "Parque da Mata de S. Bento", e "Parque Juvenil, junto ao Bairro Pré-Fabricado", foram reparadas algumas viaturas

afetas aos seguintes serviços: "Resíduos Sólidos", "Desporto, Recreio e Lazer", "Esgotos", "Abastecimento de Água" e "Rede Viária".

Eventos a cargo do Município: Na área da "Cultura", continua o Município a suportar em parceria com a Juntas de Freguesia de Mourão, Granja e Luz, os encargos inerentes á realização das Festas em honra de Nossa Senhora das Candeias, S. Brás e S. Sebastião na Freguesia de Granja e Nossa Senhora da Luz na Freguesia de Luz. Foram suportados pelo município os encargos com eventos realizados na época de Verão, nomeadamente a Festa de S. Sebastião que se realiza em agosto, conta também com o apoio do Municipio a realização do evento "Santas Cruzes", apoio esse que consta na aquisição de flores, houve a contribuição de parte dos encargos com a realização dos eventos " VI Fim-de-Semana da Juventude" e "Semana Cultural" nas freguesias de Mourão e Luz, organizados pelas Associações Juvenis sediadas no Concelho.

Funções económicas

Aquisição de equipamento: Adquiriu-se equipamento básico, para construção e conservação de arruamentos, caminhos e vias e Mercado Municipal.

Investimento realizado: Na área da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca", procedeu-se a várias reparações em Caminhos Agrícolas, nomeadamente no Caminho Agrícola do "Cajado", Bejoim" e "Borracha. Relativamente ao Objetivo "Transportes Rodoviários" procedeu-se ao calcetamento e pavimento de vários arruamentos na Freguesia de Mourão e Granja e beneficiou-se o Caminho Municipal 1135 (Coutada). Na área do "Arranjo Paisagístico", conclui-se a obra na "Rotunda Este", localizada na EN 256, ao abrigo do Protocolo estabelecido com a EP-Estradas de Portugal e foram reparadas algumas viaturas afetas aos vários serviços de atividade económica.

Eventos a cargo do Município: Realização da Feira Anual, designada "Feira dos Sabores e Saberes da Raia", que contou no ano de 2014 com uma nova localização e introdução de um tema, tendo como objetivo dar um novo impulso à economia local divulgando os produtos das Empresas sediadas no Concelho, acolheu cerca de 50 expositores dos vários setores económicos e contou com várias atividades, tais como: Colóquios, Demostração Cinotécnica, Passagem de Modelos, Concurso de Pesca, Teatro e atuação de Grupos musicais. Contribuiu também o Município na realização do evento, "Certame das Flores e Sabores", organizado pela Junta de Freguesia de Luz.



Outras Funções

Operações da Dívida Autárquica: Relativamente a este Objetivo, verificou-se que o somatório dos Juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo, ascenderam a € 145.899,78, as Amortizações a € 283.166,59 e Outros Encargos a € 132,00, sendo repartidos pelas seguintes Instituições Bancárias: Na CGD-Caixa Geral de Depósitos os Juros corresponderam a € 11.403,14, as Amortizações a € 167.256,15 e Outros Encargos a € 132,00, no BPI-Banco Português de Investimento os Juros ascenderam a € 109.470,84, e as Amortizações a € 30.000,00, relativamente ao NOVO BANCO as Amortizações somaram o valor de € 28.856,00, os Juros são suportados pela Direção Geral do Tesouro, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 345/97 de 5 de dezembro. Ao abrigo do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, foi pago à Direção Geral do Tesouro a importância de € 82.080,24, sendo € 25.025,80 correspondente a Juros e € 55.054,44 correspondente à amortização.

Transferências entre Administrações: Foi transferida a importância de € 1.700,00 para a "Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago de Alqueva", valor correspondente à contribuição anual. O valor de € 2.694,60, correspondeu á transferência efetuada para a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, ao abrigo dos projetos "SAMA III – Modernização do Alentejo Central" e "Energia e Eficiência Energética".

Eventos a cargo do Município: Comemoração do Dia Mundial da 3.ª Idade, no dia 25 de Outubro e comemoração do dia 25 de Abril, onde a Junta de Freguesia de Mourão também é parceira.

Tal como se poderá depreender do que atrás foi explanado, o presente relatório não procura de forma alguma exaltar apenas o trabalho feito, esquecendo ou ocultando as nossas fragilidades e insuficiências, que existem de facto aos vários níveis e devem ser expostas com toda a clareza.

Não nos foi possível alcançar o cumprimento das diversas actividades planificadas, em virtude, de ao longo destes últimos anos, ser cada vez mais o n.º de municípios que recorrem ao Município, por necessidades de apoio social, com diversas problemáticas associadas, exigindo a sua intervenção.

A atividade de um Município tem aspectos muito particulares, bens distintos da actividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objectivo final da maximização do lucro, boa parte da actividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens e serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de



contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos municípios e desta forma para o aumento do bem estar público.

IV – ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro n.º 23- Balanço

BALANÇO	2012	2013	2014
ATIVO			
Imobilizado:			
Bens do domínio público	18.480.615,73	16.814.388,85	15.320.018,19
Imobilizações incorpóreas	15.780,12	15.780,12	15.780,12
Imobilizações corpóreas	7.481.964,59	7.211.897,40	7.106.956,83
Investimentos financeiros	99.750,01	99.750,01	262.415,99
Circulante:			
Existências	30.700,15	16.940,74	9.546,36
Dívidas de terceiros:			
Contribuintes	53,15	0,01	5,94
Utentes, c/c	3.157,48	31.838,24	100.142,09
Clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa	24.401,23	15.321,35	4.106,51
Estado e outros entes públicos	7.544,18	16.710,59	22.877,99
Outros devedores	0,71	0,71	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:			
Depósitos em instituições financeiras e caixa	33.847,37	37.881,52	55.138,33
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	37.039,23	15.990,44	112.994,75
Custos Diferidos	10.816,65	10.816,65	10.816,65
TOTAL DO ATIVO	26.225.670,60	24.287.316,63	23.085.549,76
Fundos Próprios:			
Património	28.325.117,54	28.325.117,54	28.325.117,54
Reservas	666.883,47	666.883,47	666.883,47
Resultados transitados	-13.555.911,86	-16.477.315,40	-17.491.555,32
Resultado líquido do exercício	-2.764.290,34	-1.009.966,43	-1.476.511,56
PASSIVO			
Dividas a terceiros de médio e longo prazo:			
Empréstimos de m/l prazo	7.303.176,92	7.316.462,80	6.033.116,55
Dividas a terceiros de curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	1.470.085,51
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de c/c	1.586.667,02	1.281.015,43	1.522.628,00
Fornecedores -Faturas em receção e conferência	171,07	140,36	416,38
Fornecedores de imobilizado	209.704,08	75.400,67	32.974,75
Estado e outros entes públicos	749.587,28	884.266,88	500.136,07
Administração Autárquica	255.795,97	168.001,88	141.556,71
Outros credores	204.074,02	101.664,83	306.604,59
Garantias e Cauções	10.921,03	10.921,03	10.921,03
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	64.507,10	80.060,63	389.598,58
Proveitos Diferidos	3.345.045,29	2.864.662,94	2.653.577,46
TOTAL DO PASSIVO	13.729.649,78	12.782.597,45	13.061.615,63
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	26.225.670,60	24.287.316,63	23.085.549,76

IV - 1 ATIVO

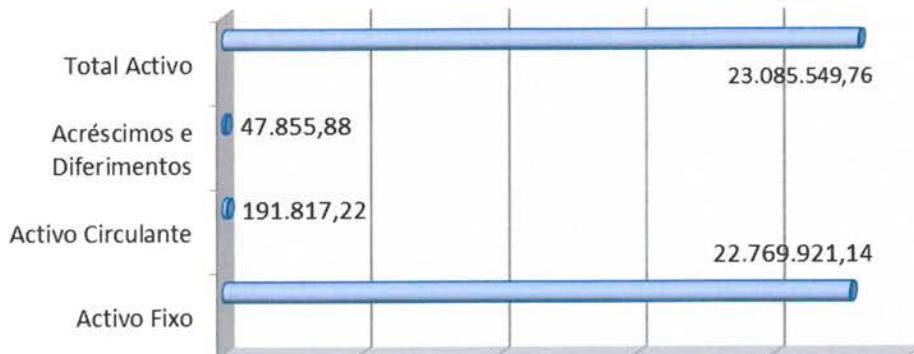
Em 31 de Dezembro de 2014 o Município de Mourão apresenta um ativo de € 23.085.549,76. O Ativo teve um decréscimo de 4,95% (€ 1.201.766,87) em relação ao ano de 2013 e 11,97% (€ 3.140.120,84), em relação ao ano de 2012.

O decréscimo do Ativo face ao ano de 2013 é justificado pela diminuição acentuada de algumas rubricas, nomeadamente "Clientes, Contribuintes e Utentes Cobrança Duvidosa", 73,20% (€ 11.214,84), "Existências", 43,65% (€ 7.394,38€), e "Bens de Domínio Público" 8,89% (€ 1.494.370,66).

Quanto à estrutura do Ativo, o Ativo Fixo tem o maior peso, 98,63% (€ 22.769.921,14), seguindo-se o Ativo Circulante 0,84% (€ 191.817,22), e os Acréscimos e Diferimentos 0,54% (€ 123.811,40).

Gráfico n.º 21 Estrutura do Ativo

Estrutura do Ativo



IV - 1-1 Ativo Fixo

Ao analisarmos o gráfico seguinte, verificamos que o ativo fixo no ano de 2014, comparativamente com os dois anos anteriores decresceu 12,69% (€3.308.189,31) face a 2012 e 5,68% (€ 1.371.895,24) face a 2013.

Gráfico n.º 22 Evolução do Ativo Fixo



Quanto à estrutura do Ativo Fixo, a rubrica com maior peso são os "Bens de Domínio Público" que representam 67,28% (€15.320.018,19), seguindo-se as "Imobilizações Corpóreas" com 31,21% (€ 7.106.956,83), os "Investimentos Financeiros" com 1,44% (€ 327.166,00) devido ao registo da unidade de participação do FAM, e as "Imobilizações Incorpóreas" que detêm 0,07% (€ 15.780,12).

Gráfico n.º 23 Estrutura do Ativo Fixo



IV - 1-2 Ativo Circulante

O montante do Ativo Circulante é de € 191.817,22, registou um aumento durante o exercício de 2014 no valor de € 73.124,06 (61,61%) face ao ano de 2013.

Este acréscimo deve-se às dívidas de terceiros de curto prazo, que registou um crescimento de € 63.261,63 (99,05%), designadamente a rubrica "Utentes c/c" com um aumento de € 68.303,85, proveniente da venda de bens e prestação de serviços e rendas e alugueres, a rubrica "Estado e Outros entes Públicos" que regista um acréscimo no valor de € 6.167,40 referente ao IVA a recuperar.

Quanto à sua estrutura, o maior peso é as "Dívidas de Terceiros de Curto Prazo", com 66,28% (€ 127.132,53), seguem-se as rubricas de "Disponibilidades" e "Existências" que representam 28,75% (€ 55.138,33) e 4,98% (€ 9.546,36) respetivamente.

Gráfico n.º 24 Estrutura do Ativo Circulante

Estrutura do Ativo Circulante

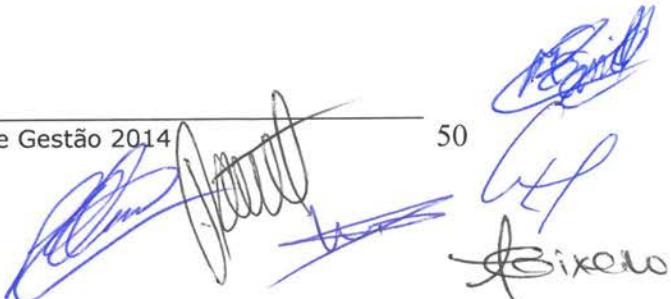


IV – 2 FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A 31 de Dezembro de 2014 o Município de Mourão apresenta o montante de € 10.023.934,13 de Fundos próprios e € 13.061.615,63 de Passivo.

IV - 2-1 Fundos Próprios

No final do ano económico de 2014, os Fundos próprios totalizaram a importância de € 10.023.934,13 o que corresponde a uma diminuição de 12,87% (€ 1.480.785,05) face ao ano anterior.



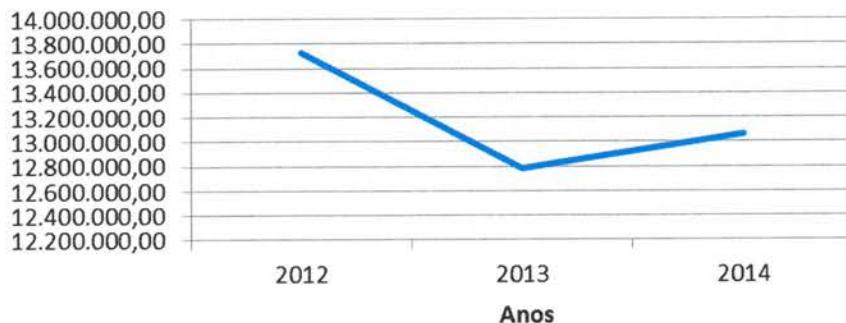
Esta variação negativa é justificada pelo valor negativo dos resultados transitados de €17.491.555,32, decorrente de regularizações relacionadas com exercícios anteriores que afetam negativamente os Fundos Próprios. E pelo Resultado Líquido do Exercício também negativo, que registou um acréscimo comparativamente ao exercício de 2013, regista o valor de €-1.476.511,56.

IV-2-2 Passivo

O Passivo totalizou à data de 31 de Dezembro de 2014 o montante de € 13.061.615,63 registando um decréscimo de 4,87% (€668.034,15) face a 2012 e um ligeiro acréscimo de 2,18% (€ 279.018,18) face a 2013, devido essencialmente ao cumprimento das diretrizes da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais para a contabilização da contribuição do Município para o capital FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Gráfico n.º 25 Evolução do Passivo

Evolução do Passivo



Quanto à estrutura do Passivo, os "Empréstimos de M/L Prazo" representam 46,19% (€6.033.116,55), devido ao empréstimo de saneamento financeiro, e à contração do empréstimo PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, seguindo-se os "Acréscimos e Diferimentos", 23,30% (€3.043.176,04), os "Fornecedores c/c", 11,66% (€1.522.628,00), "Empréstimos de Curto de Prazo", 11,26%, "Estado e Outros Entes Públicos", 3,83% (€500.136,07), "Administração Autárquica", 1,08% (€141.556,71), "Outros Credores" representa 2,35% (€306.604,59), "Fornecedores de imobilizado", 0,25% (€32.974,75), e a rubrica "Garantias e Cauções" que representa 0,08% (€10.921,03).



Gráfico n.º 26 Estrutura do Passivo



Gráfico n.º 27 Evolução da Estrutura do Passivo



Analizando o gráfico n.º27 podemos verificar a evolução do Passivo ao longo dos últimos três anos.

No que se refere à rubrica dos empréstimos, e em conformidade com o que é exigido, foi transferido o valor da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, exigíveis no ano económico seguinte para empréstimos de curto prazo – transferência de passivo de médio longo prazo para curto prazo.

Os empréstimos registam um acréscimo de 2,55% (€186.739,26) face ao exercício de 2013, devido à contração do empréstimo do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local.

Quanto aos empréstimos de curto prazo, o Município de Mourão não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo, o valor registado de €1.470.085,51 deve-se ao montante da amortização dos empréstimos de médio longo prazo exigível no ano económico seguinte.

A rubrica de "Fornecedores c/c" apresenta um crescimento face ao ano de 2013, de 18,86% (€241.612,57) devido essencialmente à dívida à empresa Águas do Centro Alentejo, S.A., referente ao abastecimento de água e saneamento. Comparativamente ao ano de 2012, aduz um ligeiro decrescimento de 4,04% (€64.039,02).

Quanto à rubrica "Fornecedores de Imobilizado" tem sofrido um decréscimo nos últimos três anos, 84,28% (-€176.729,33) face a 2012 e 56,27% (-€42.425,92) face a 2013. Este decréscimo é justificado pela contração do empréstimo do PAEL, que liquidou todas as dívidas de fornecedores de imobilizado incluídas no mapa de pagamentos em atraso de março de 2012 registado na aplicação SIIAL da DGAL, e também pelo decréscimo significativo da assunção de compromissos de investimento.

A rubrica "Estado e Outros Entes Públicos", regista um decréscimo de 33,28% (-€249.451,21) face a 2012, e um decréscimo de 43,44% (-€384.130,81) comparativamente a 2013.

A rubrica "Administração Autárquica" ascende a €141.556,71, este montante é justificado pela dívida do Município à CIMAC, decorrente de vários projetos e algumas prestações de serviços, registou um decréscimo face ao exercício de 2013 de 15,74% (-€26.445,17).

No que se refere à rubrica “Outros Credores” sofreu um acréscimo bastante acentuado comparativamente ao ano de 2013, 201,58% (€204.939,76), devido à contabilização da unidade de participação do Município no capital do FAM – Fundo de Apoio Municipal.

IV – 3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Quadro n.º 24 – Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2012	2013	2014
CUSTOS E PERDAS			
CMVMC	333.649,20	443.101,13	229.321,39
Fornecimento e serviços externos	952.472,15	1.024.562,46	1.081.019,14
Remunerações	2.174.302,84	2.219.999,61	2.231.056,01
Encargos sociais	496.943,51	596.369,56	694.680,80
Transferências	297.123,82	479.568,47	174.304,90
Amortizações	1.897.138,57	2.092.459,99	1.868.566,35
Provisões do exercício	1.621.949,03	9.732,86	19.291,88
Custos e perdas financeiros	249.391,95	215.258,00	383.243,69
Custos e Perdas Extraordinários	127.467,16	199.183,07	147.748,70
TOTAL DOS CUSTOS	8.150.438,23	7.280.235,15	6.829.232,86
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCICIO	-2.764.290,34	-1.009.966,43	-1.476.511,56
PROVEITOS E GANHOS			
Venda de produtos	94.980,65	95.403,23	95.403,23
Prestações de serviços	188.541,44	195.719,25	195.719,25
Impostos e taxas	264.974,85	450.745,18	450.745,18
Trabalhos para a própria entidade	251.562,58	210.391,44	210.391,44
Transferências e subsídios obtidos	4.030.330,74	4.484.391,25	4.484.391,25
Proveitos e ganhos financeiros	250.801,46	317.675,26	317.675,26
Proveitos extraordinários	304.956,17	515.943,11	515.943,11
TOTAL DOS PROVEITOS	5.386.147,89	6.270.268,72	6.270.268,72
Resultados operacionais	-2.943.188,86	-1.429.143,73	-1.429.143,73
Resultados financeiros	1.409,51	102.417,26	102.417,26
Resultados correntes	-2.941.779,35	-1.326.726,47	-1.326.726,47
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCICIO	-2.764.290,34	-1.009.966,43	-1.476.511,56

O Município de Mourão apresenta um Resultado Líquido do exercício negativo de €-1.476.511,56, apresentando a seguinte tendência ao longo dos anos:

Gráfico n.º 28 Evolução do Resultado Líquido do Exercício



IV – 3-1 Custos

Os custos suportados no exercício de 2014 totalizaram € 6.829.232,86, o que representa um decréscimo de 16,21% (-€1.321.205,37) do valor dos custos do exercício de 2012, e um decréscimo de 6,19% (-€451.002,29) dos custos referentes ao exercício de 2013.

À semelhança do ano transato, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município foram as "Remunerações" com um peso de 32,67% (€2.231.056,01) seguindo-se as "Amortizações" com o peso de 27,36% (€1.868.566,35).

Os "Fornecimentos e Serviços Externos" assumem o terceiro lugar da rubrica mais representativa com um peso de 15,83% (€1.081.019,14), as restantes rubricas têm um peso muito pouco significativo, os "Encargos Sociais" 10,17% (€694.680,80), os "Custos e Perdas Financeiros" 5,61% (€383.243,69), os custos "CMVMC" 3,36% (€229.321,39), as "Transferências" 2,55% (€174.304,90), os "Custos e Perdas Extraordinários" 2,16% (€147.748,70), e as "Provisões do Exercício" muito pouco representativas com um peso de 0,28% (€19.291,88).

Os custos que apresentam um decréscimo em relação ao ano transato, são as "Transferências" 63,65% (€305.263,57) que registam o decréscimo mais significativo, no decorrer do ano de 2014 só foram efetuadas transferências para o Agrupamento de Escolas de Mourão – para comparticipar o custo das refeições fornecidas aos alunos do 1.º Ciclo, para a AHBVM – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mourão, no âmbito do protocolo para enquadramento de pessoal para as equipas de intervenção permanente, e as transferências para

pagamento das bolsas mensais dos contratos emprego – inserção (CEI) e inserção + (CEI+) que visam o apoio à (re) inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

Seguem-se os "CMVMC" que registam um decréscimo de 48,25% (€213.779,74), a rubrica "custos e perdas extraordinárias" 25,82% (€51.434,37) e as "Amortizações" 10,70% (€223.893,64).

Os custos que apresentam um crescimento face ao ano anterior, são as "Provisões do Exercício" com um acréscimo de 98,21% (€9.559,02) devido à constituição de provisões para as cobranças duvidosas (ponto 2.7.1. do POCAL), os "Custos e Perdas Financeiras" que registam um acréscimo de 78,04% (€167.985,69) devido aos juros suportados dos empréstimos bancários, essencialmente devido ao empréstimo do PAEL e do empréstimo do saneamento financeiro.

Gráfico n.º 29 Custos e Perdas



IV – 3-2 Proveitos

Os Proveitos obtidos durante o ano de 2014 totalizaram € 5.352.721,30, sofreram um decréscimo significativo de 14,63% (-€917.547,42) comparativamente ao ano de 2013.

O decréscimo dos proveitos deve-se à diminuição significativa da rubrica "Proveitos Extraordinários" 45,04% (€232.398,67), "Impostos e Taxas" 30,07% (€135.536,68) seguindo-se os "Proveitos e Ganhos Financeiros" 15,56% (€49.427,68) e as "Transferências" com um decréscimo de 14,17% (€635.453,82).

No que concerne às rubricas de "Vendas de Produtos" e "Prestações de Serviços" registam ambas um crescimento significativo face ao ano de 2013, 39,86% (€38.026,46) e 53% (€103.727,68) respetivamente. O aumento significativo deve-se à fixação dos preços cobrados pelo Município referente à água, saneamento e resíduos nos termos definidos nas recomendações da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Gráfico n.º 30 Proveitos



V – INDICADORES DE GESTÃO

RÁCIOS DE LIQUIDEZ		2014
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	0,0517
Liquidez Reduzida	Ativo Circulante – Existências / Passivo Circulante	0,05
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Curto Prazo	0,01485

RÁCIOS DE SITUAÇÃO		2014
Taxa Cobertura p/ FM	Fundo de Maneio / Existências	-368,745
Taxa Cobertura Ativo Circulante pelo FM	Fundo de Maneio / Ativo Circulante	-18,352

RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA		2014
Endividamento	Passivo/ Ativo	0,56
Endiv.to a m/l prazo	Passivo m/l prazo / Ativo	0,2643

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E AUTONOMIA		2014
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Liquido	0,44
Solvabilidade	Ativo / Passivo	1,78
Capacidade de endiv.to a m/l prazo	Dívidas a terceiros m/l prazo / Capitais permanentes	0,38

Ráios de Liquidez:

Demonstram que apenas 5,17% dos nossos compromissos financeiros de curto prazo poderão ser satisfeitos, logo tendemos a pagar as nossas dívidas muito lentamente, o que fará aumentar o nosso Passivo de curto prazo. As nossas Disponibilidades permitem apenas satisfazer 1,49% das exigências do passivo de curto prazo.

As parcelas do Ativo Circulante mais líquidas (disponíveis e realizáveis) são insuficientes para cobrir as dívidas de curto prazo (liquidez reduzida=0,05).

Ráios de Situação:

O Fundo Maneio Líquido é negativo (€-3.520.168,80), pois o Passivo de curto prazo é muito superior ao Ativo de curto prazo, o que origina o Fundo Maneio negativo provocando grandes dificuldades de liquidez.

As Taxas de Cobertura do Ativo Circulante e das Existências são ambas negativas, -368,745 e -18,352 respetivamente. Logo o Fundo de Maneio não cobre o valor do Ativo Circulante nem das Existências.

Ráios de Alavanca Financeira:

O Endividamento do Município situa-se nos 56,08%, sendo 26,43% correspondente ao endividamento de médio e longo prazo.

Ráios de Solvabilidade e Autonomia:

O ráio de autonomia financeira é de 0,44 que corresponde à parcela dos ativos que é financiada pelos capitais alheios.

O rácio de solvabilidade é de 1,78, é significativamente baixo, traduz-se em fragilidade económico-financeira, e com pouca capacidade de responder aos compromissos de médio longo prazo.

VI – CONTABILIDADE DE CUSTOS

O quadro n.º 25 apresenta os custos de 2014 referentes às atividades do Município de Mourão que totalizaram €969.894,65.

Das atividades com maior peso, destacam-se, o Ensino com um peso de 60,38%, ascende a €585.634,07, os Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana que representa 12,55% (€ 121.763,13) dos custos com as Atividades Municipais, devido aos encargos com a GESAMB, seguem os custos com a energia elétrica (iluminação pública – EDP) com um peso de 9,31% (€90.281,20).

As Comemorações Temáticas também têm um peso significativo nas Atividades desenvolvidas pelo Município com um peso de 8,98% (€87.112,40), sendo a festa de N.ª Senhora das Candeias a festa com o custo mais significativo €31.642,07.

As Obras de Grande Reparação/Obras de Construção a novo têm um peso pouco significativo de 3,89% (€37.700,15), referente à construção da habitação na R. Joaquim José Vasco Gusmão, e ao arranjo paisagístico da rotunda ESTE EN256.

As restantes rubricas não têm grande expressão, Mercados e Feiras, representa 3,40%, os serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, 1% e a Segurança e Ação Social que representa 0,49%.

Quadro n.º 25 – Atividades Municipais

ACTIVIDADES MUNICIPAIS	MOD	MATERIAIS	MAQ./VIAT.	O. CUSTOS	TOTAL
COMEMORAÇÕES TEMÁTICAS	19.769,74	39.883,24	1.696,45	32.137,48	87.112,40
COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	500,49	1.097,77	80,57	0,00	1.678,83
FESTA DE N.º SR.ª DAS CANDEIAS EM MOURÃO	3.909,25	27.521,60	211,22	0,00	31.642,07
FESTA DE S. BRAS - FREG GRANJA	822,57	0,00	143,13	0,00	965,70
FESTA DE S. SEBASTIÃO - FREG GRANJA	2.443,07	3.000,00	334,09	0,00	5.777,16
FESTA DE N.º SR.ª DA LUZ - FREG DA LUZ	4.113,53	3.000,00	7.269,73	0,00	14.383,26
OUTRAS COMEMORAÇÕES TEMÁTICAS	7.980,83	3.834,17	2.732,77	0,00	14.547,77
ENSINO	15.945,11	23.074,02	474.661,79	71.953,15	585.634,07
REFEIÇÕES ESCOLARES	0,00	19.159,10	0,00	15.257,16	34.416,26
REFEIÇÕES - PRÉ-ESCOLAR MOURÃO	0,00	8.915,44	0,00	0,00	8.915,44
REFEIÇÕES - PRE-ESCOLAR E EB1- GRANJA	0,00	5.434,15	0,00	0,00	5.434,15
REFEIÇÕES - PRE-ESCOLAR E EB1- LUZ	0,00	4.809,51	0,00	0,00	4.809,51
REFEIÇÕES - COMPARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	15.257,16	15.257,16
TRANSPORTES ESCOLARES	10.453,85	0,00	465.189,60	56.695,99	532.339,44
TRANSPORTES ESCOLARES - PRÉ-ESCOLAR	199,56	0,00	224,91	0,00	424,47
TRANSPORTES ESCOLARES - EB 1	1.928,47	0,00	29.656,58	0,00	31.585,05
TRANSPORTES ESCOLARES - EB 2,3	8.325,82	0,00	435.308,11	0,00	443.633,93
TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNOS DO SECUNDÁRIO	0,00	0,00	0,00	56.695,99	56.695,99
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	5.491,26	65,87	9.472,19	0,00	15.029,32
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – PRÉ-ESCOLAR	1.108,97	0,00	1.328,88	0,00	2.437,85
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – EB 1	2.382,56	22,84	2.696,15	0,00	5.101,55
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – EB 2,3	1.999,73	43,03	5.447,16	0,00	7.489,92
MATERIAL ESCOLAR	0,00	3.849,05	0,00	0,00	3.849,05
MATERIAL ESCOLAR – EB1	0,00	3.849,05	0,00	0,00	3.849,05
SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL	1.280,32	2.199,69	419,21	871,14	4.770,36
CPCJ - C. DE PROT. DE CRIANÇAS E JOVENS	46,51	409,53	35,68	871,14	1.362,86
OUTRAS ATIV. - TERCEIRA IDADE	1.233,81	1.790,16	383,53	0,00	3.407,50
RESÍDUOS SOLIDOS E LIMPEZA URBANA	52.051,91	2.033,48	18.367,50	49.310,24	121.763,13
RECOLHA DE LIXO URBANO	37.038,00	206,39	14.632,22	49.310,24	101.186,85
RECOLHA DE LIXO SELECTIVO	12.669,92	0,00	3.354,64	0,00	16.024,56
RECOLHA DE MONOS	608,70	0,00	0,00	0,00	608,70
MANUTENÇÃO DE CONTENTORES	817,91	1.827,09	156,85	0,00	2.801,85
RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	917,38	0,00	223,79	0,00	1.141,17
SERV. CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.194,32	3.525,85	2.482,92	1.458,14	9.661,23
REGI-GRANJA	2.073,62	32,00	124,72	0,00	2.230,34
OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS	46,22	3.321,96	28,60	0,00	3.396,78
CAÇA MUNICIPAL	74,48	0,00	2.329,60	1.458,14	3.862,22
OUTRAS ATIVIDADES DESPORTO, RECREIO E LAZER	0,00	171,89	0,00	0,00	171,89
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	90.281,20	90.281,20
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MOURÃO	0,00	0,00	0,00	64.581,61	64.581,61
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - GRANJA	0,00	0,00	0,00	11.264,34	11.264,34
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LUZ	0,00	0,00	0,00	14.435,25	14.435,25
MERCADOS E FEIRAS	6.417,23	9.152,51	17.402,37	0,00	32.972,11
FEIRA ANUAL	6.417,23	9.152,51	17.402,37	0,00	32.972,11
OBRAS A NOVO	16.018,71	21.135,72	545,72	0,00	37.700,15
CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO R. JOAQUIM JOSÉ V. GUSMÃO	7.931,76	791,91	11,93	0,00	8.735,60
ARRANJO PAISAGÍSTICO DA ROTUNDA ESTE E.N.256	8.086,95	20.343,81	533,79	0,00	28.964,55
TOTAL DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES					969.894,65

Helder
X
Ronaldo
Silva
Bixente

Quadro n.º 26 – Transferências para entidades terceiras

TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES TERCEIRAS	EM VALOR	EM ESPECIE	TOTAL
ASS H BOMBEIROS VOLUNT MOURÃO	35.000,00	1.459,23	36.459,23
CENTRO DE SAÚDE	0,00	2.330,13	2.330,13
ASS PROTECÇÃO SOCIAL POPULAÇÃO DA LUZ	0,00	5.782,61	5.782,61
ASS PROTECÇÃO SOCIAL POPULAÇÃO GRANJA	0,00	2.219,86	2.219,86
CASA DO Povo - SEGURANÇA SOCIAL	0,00	33,92	33,92
CASA DO Povo - GRANJA	0,00	1.960,77	1.960,77
ADEREM- ASS DE DESENV.TO DE MOURÃO	0,00	876,81	876,81
BANDA MUNICIPAL DE MOURÃO	0,00	2.534,89	2.534,89
GRUPO COLOMBÓFILO DE MOURÃO	0,00	487,21	487,21
MOURÃO ATLÉTICO CLUB	0,00	5.584,93	5.584,93
ASS DE JOVENS DA FREGUESIA DE GRANJA	0,00	1.811,28	1.811,28
ASS DE JOVENS CAMPOS DE LOUSA	0,00	5.384,29	5.384,29
ASS DO GRUPO CORAL DA GRANJA	0,00	4.131,37	4.131,37
ASS EQUESTRE GRANJA OS AMIGOS DO CAVALO	0,00	136,75	136,75
ASS JUVENIL MOURÃO - A ENTRETENGA	0,00	3.045,72	3.045,72
SOC. ARTÍSTICA MOURANENSE	0,00	3.697,69	3.697,69
SOC. INSTRUÇÃO E RECREIO 8 DEZ.	0,00	45,40	45,40
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MOURÃO	789,28	8.324,65	9.113,93
JUNTAS DE FREGUESIA MOURÃO	0,00	3.461,90	3.461,90
JUNTAS DE FREGUESIA GRANJA	0,00	75.620,65	75.620,65
JUNTAS DE FREGUESIA LUZ	0,00	20.714,01	20.714,01
CIMAC	45.983,15	0,00	45.983,15
ASS. TRANSF. DOS MUNICIPIOS TERRAS DO GRANDE LAGO	700,00	0,00	700,00
ANMP-ASS. NACIONAL MUNICIPIOS PORTUGUESES	5.218,00	0,00	5.218,00
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MOURÃO	0,00	11.076,38	11.076,38
TRANSF. PARA PARTICULARES	0,00	55.809,73	55.809,73
TOTAL DOS CUSTOS C/ TRANSF. PARA ENTIDADES TERCEIRAS	87.690,43	216.530,18	304.220,61

Analisando o quadro n.º 26, podemos verificar que a maioria das Transferências para Entidades Terceiras 71,18% foram em espécie € 216.530,18 e as restantes transferências 28,82% foram efetuadas em valor € 87.690,43.

Quadro n.º 27 – Gestão de Equipamentos

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS	CF	PQR	TOTAL
EDIFICIOS PRE-ESCOLARES E 1º CICLO ENSINO BASICO	419.433,90	20.749,85	440.183,75
JARDIM DE INFÂNCIA DE MOURÃO	72.582,75	14.216,01	86.798,76
EBI 1, 2 e 3º CICLO MOURÃO	272.874,98	3.903,83	276.778,81
EBI DA GRANJA – J.I. E 1º CICLO	23.081,03	927,09	24.008,12
J.I. E EB 1º CICLO LUZ	47.954,60	1319,46	49.274,06
MEDIATECA - MOURÃO	1.790,37	0,00	1.790,37
CANTINA DE APOIO Á ESCOLA DA GRANJA	1.150,17	383,46	1.533,63
HABITACAO	0,00	4.660,08	4.660,08
HABITAÇÃO NA RUA DO POÇO n.º5	0,00	64,49	64,49
HABITAÇÃO – RUA MANUEL JOAQUIM BAÇÃO LOPES 9	0,00	89,4	89,40
HABITAÇÃO – TRAVESSA DOS PINHEIROS LOTE 12	0,00	4229,44	4.229,44
HABITAÇÃO – BAIRRO DO ROSSIO LOTE 12	0,00	276,75	276,75
CEMITERIOS	21.439,00	7.214,59	28.653,59
CEMITÉRIO MUNICIPAL	21.439,00	7.214,59	28.653,59
SANITARIOS PUBLICOS	395,37	1.087,41	1.482,78
SANITARIOS PUBLICOS-MOURÃO	111,05	11,87	122,92
SANITARIOS PUBLICOS-GRANJA	284,32	85,44	369,76
SANITARIOS PUBLICOS-LUZ	0,00	990,1	990,10
CULTURA	27.510,57	4.883,46	32.394,03
BIBLIOTECA MUNICIPAL	8.862,79	145,33	9.008,12
GALERIA MUNICIPAL	960,95	107,82	1.068,77
CINE-TEATRO MOURANENSE	1.651,10	98,82	1.749,92
CASTELO DE MOURÃO	11.584,84	4463,25	16.048,09
ESPAÇO INTERNET	4.450,89	68,24	4.519,13
DESPORTO, RECREIO E LAZER	131.313,07	59.167,81	190.480,88
COMPLEXO MUNIC PISCINAS DESCOBERTAS	18.212,86	4.874,41	23.087,27
BAR DAS PISCINAS DESCOBERTAS	1.031,77	0,00	1.031,77
COMPLEXO MUNIC PISCINAS COBERTAS	63.196,97	18.422,67	81.619,64
PAVILHAO GIMNODESPORTIVO MOURÃO	25.324,02	2042,17	27.366,19
PAVILHAO GIMNODESPORTIVO LUZ	18.011,77	6.216,82	24.228,59
CAMPO DE FUTEBOL 11 MOURÃO	5.095,07	27389,99	32.485,06
CAMPO DE TIRO	440,61	221,75	662,36
MERCADOS E FEIRAS	11.414,74	1.565,15	12.979,89
MERCADO MUNICIPAL	10.933,73	385,02	11.318,75
PARQUE DA FEIRA	481,01	1180,13	1661,14
TURISMO	11.292,54	0,00	11.292,54
POSTO DE TURISMO DE MOURÃO	11.292,54	0,00	11.292,54
EDIFICIOS DE INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS	48.632,03	8.211,37	56.843,40
PAÇOS DO CONCELHO	38.475,08	2.895,04	41.370,12
OFICINAS	3.092,84	4740,81	7.833,65
CASÃO D. MANUEL I	1.974,41	325,79	2.300,20
CASÃO DO BEJOIM	5.089,70	249,73	5.339,43
EDIFICIOS NA POSSE DE TERCEIROS	3.754,25	13.931,71	17.685,96
ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL	1.766,63	1.557,79	3.324,42
PRAÇA DE TOUROS MOURÃO	608,64	2.575,91	3.184,55
PRAÇA DE TOUROS GRANJA	278,94	6.134,64	6.413,58
CAMPO DE FUTEBOL 7 MOURÃO	0,00	2840,25	2.840,25
EDIF. R. CANDIDO DOS REIS (ANTIGO CENTRO DE SAÚDE)	1.100,04	0,00	1100,04
EDIF. R. CORREDOURA NA GRANJA	0,00	823,12	823,12
OUTROS	18.343,51	13.550,23	31.893,74
EDIF ANTIGA ESC. PREPARAT. MOURÃO-GAB. TÉCNICO	6.359,76	4.891,48	11.251,24
ANTIGO POSTO DA GUARDA FISCAL DE S. LEONARDO	9.650,99	557,83	10.208,82
EDIFÍCIO DA RUA DO POÇO	45,11	843,73	888,84
EDIFÍCIO APOIO FREG LUZ	41,60	0,00	41,60
EDIFÍCIO RUA DR. LIBÂNEO RAMALHO ESQUÍVEL	413,56	0,00	413,56
ANTIGO LAGAR DE AZEITE ADAP. MUSEU DO AZEITE	1.521,96	7.007,04	8.529,00
OUTROS EDIFICIOS/ INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	310,53	250,15	560,68
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS	693.528,98	135.021,66	828.550,64

Os custos de Gestão de Equipamentos ascendem os €828.550,64, e dividem-se por os CF – custos fixos no valor de € 693.528,98 (83,70%) que engloba todos os custos de funcionamento dos equipamentos, e os custos de PQR – pequenas reparações no valor de €135.021,66 (16,30%) que reúne todos os custos com pequenas reparações de manutenção dos respetivos equipamentos.

Ao analisarmos o quadro n.º 27, verificamos que as rubricas mais relevantes nos custos dos equipamentos são, os "Edifícios Pré-Escolares e o 1.º Ciclo Ensino Básico que representam 60,48% do total dos custos fixos e 15,37% dos custos de PQR-pequenas reparações.

Seguindo-se os equipamentos de desporto recreio e lazer, com um peso de 18,93% dos custos dos custos fixos devido aos elevados custos de funcionamento da Piscina Coberta, e 43,82% dos custos PQR- pequenas reparações.

Quadro n.º 28 – Gestão de Infraestruturas Municipais

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	MOD	MATERIAIS	MAQ./VIAT.	O. CUSTOS	TOTAL
SANEAMENTO	16.733,70	2.450,66	2.092,96	179.492,35	200.769,67
REDE DE SANEAMENTO DE MOURÃO	12.280,88	2.450,66	1.649,06	105.482,89	121.863,49
REDE DE SANEAMENTO GRANJA	1.271,36	0,00	99,97	51.342,17	52.713,50
REDE DE SANEAMENTO LUZ	1.588,14	0,00	251,52	19.379,38	21.219,04
SANEAMENTO - TX DE REC. HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	3.287,91	3.287,91
ESTAÇÕES BOMBAGEM MOURÃO - PISCINAS	1.593,32	0,00	92,41	0,00	1.685,73
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	23.423,07	4.651,39	33.334,85	238.137,71	299.547,02
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA MOURÃO	6.623,86	3.843,72	9.738,07	8.989,79	29.195,44
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA GRANJA	13.110,73	807,67	556,85	11.008,46	25.483,71
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA LUZ	703,31	0,00	6.235,33	35.741,94	42.680,58
REDE ABAST. AGUA - TAXA DE REC. HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	4.971,39	4.971,39
CAPTAÇÕES DE AGUAS MOURÃO	341,39	0,00	1.070,55	0,00	1.411,94
CAPTAÇÕES DE AGUAS GRANJA	588,50	0,00	28,39	0,00	616,89
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS AGUAS MOURÃO	397,74	0,00	6.919,17	1.527,05	8.843,96
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS AGUAS GRANJA	275,60	0,00	39,50	0,00	315,10
RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE MOURÃO	840,26	0,00	8.679,99	169.338,84	178.859,09
RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA GRANJA	541,68	0,00	67,00	6.560,24	7.168,92
PARQUES, JARDINS E ESP. VERDES - MOURÃO	7.372,72	4.129,25	17.868,26	7.523,52	36.893,75
JARDIM MUNICIPAL PRAÇA DA REPÚBLICA	348,73	1.153,22	13,15	7.523,52	9.038,62
JARDIM LARGO PROF. ROGÉRIO B. BARRETO	327,61	0,00	76,05	0,00	403,66
PARQUE DAS PORTAS DE S. BENTO	465,51	127,21	123,97	0,00	716,69
PARQUE DA MATA DE S. BENTO	2.003,72	234,64	1.245,39	0,00	3.483,75
PARQUE DR. LIBÂNIO ESQUIVEL	331,78	318,53	69,71	0,00	720,02
PARQUE DO BAIRRO DA BARRUSCA	603,90	22,52	78,25	0,00	704,67
PARQUE DO ROSSIO DO POÇO LARGO	85,25	0,00	12,28	0,00	97,53
ESPAÇO EXT. PISCINA COBERTA	126,96	0,00	35,00	0,00	161,96
ENV. PISCINAS E O PARQUE DE FEIRAS	72,39	0,00	11,65	0,00	84,04
EV. LARGO TENENTE GEN. JOSÉ ANT. DA ROSA	162,77	0,00	22,02	0,00	184,79
ENV. BIBLIOTECA MUNICIPAL	181,25	0,00	38,00	0,00	219,25
EV CHAFARIZ E ZONA ENVOLVENTE	64,10	2,60	9,14	0,00	75,84
ENV. LARGO DA RUA DE OLIVENÇA	178,75	0,00	34,06	0,00	212,81
EV MEDiateca DA EBI DE MOURÃO	265,54	0,00	61,34	0,00	326,88
EV. LARGO GOV. FURTADO MENDONÇA	129,02	0,00	23,09	0,00	152,11
OUTROS PARQUES E JARDINS DE MOURÃO	2.025,44	2.270,53	16.015,16	0,00	20.311,13
PARQUES, JARDINS E ESP. VERDES - GRANJA	4.887,53	0,00	0,00	0,00	4.887,53
JARDIM PUBLICO DA FREGUESIA DE GRANJA	3.337,12	0,00	0,00	0,00	3.337,12
OUTROS PARQUES E JARDINS DA GRANJA	1.550,41	0,00	0,00	0,00	1.550,41
PARQUES, JARDINS E ESPAÇOS VERDES - LUZ	8,75	0,00	2,36	0,00	11,11
ENV. LARGO 25 DE ABRIL NA FREGUESIA DE LUZ	8,75	0,00	2,36	0,00	11,11
REDE VIÁRIA	8.396,89	1.882,88	47.963,84	0,00	58.243,61
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - MOURÃO	3.375,83	1.218,68	17.144,18	0,00	21.738,69
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - GRANJA	3.705,27	0,00	24.725,15	0,00	28.430,42
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - LUZ	453,83	0,00	97,92	0,00	551,75
CAMINHOS AGRÍCOLAS E PÚBLICOS	861,96	664,20	5.996,59	0,00	7.522,75
ARRUAMENTOS	34.579,62	81,96	3.026,40	0,00	37.687,98
ARRUAMENTOS - MOURÃO	24.566,03	81,96	2.655,60	0,00	27.303,59
ARRUAMENTOS - GRANJA	9.889,28	0,00	337,19	0,00	10.226,47
ARRUAMENTOS - LUZ	124,31	0,00	33,61	0,00	157,92
SINALIZACAO	517,51	0,00	163,45	0,00	680,96
SINALIZACAO - MOURÃO	342,32	0,00	151,81	0,00	494,13
SINALIZACAO - GRANJA	127,04	0,00	0,00	0,00	127,04
SINALIZACAO - LUZ	48,15	0,00	11,64	0,00	59,79
OUTRAS	23,26	5,21	1.051,20	0,00	1.079,67
PEDREIRA DE XISTO	23,26	5,21	1.051,20	0,00	1.079,67
TOTAL	95.943,05	13.201,35	105.503,32	425.153,58	639.801,30

Município de Mourão – Relatório de Gestão 2014

*Hoselane**Brasil*
Ronaldo
GH
Sto. Xewi

Os custos de Gestão das Infraestruturas Municipais ascendem a €639.801,30. Os custos mais elevados são os custos com o Abastecimento de água e Saneamento no valor de €299.547,02 e €200.769,67 respetivamente. Estes custos elevados são justificados pela prestação de serviços das Águas do Centro Alentejo S.A. e têm um peso de 65,27% dos custos de Gestão das Infraestruturas do Município.

Seguem-se os custos com a Rede Viária, no valor de €58.243,61 com o peso de 9,10%, justificado pelos custos de manutenção das estradas e caminhos municipais.

As restantes rubricas, têm um peso muito pouco significativo nos custos de Gestão de Infraestruturas Municipais.

Quadro n.º 29 – Custos de Estrutura

CUSTOS DE ESTRUTURA	CUSTOS
ÓRGÃOS DA AUTARQUIA	469.418,27
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	16.269,28
CÂMARA MUNICIPAL	453.148,99
GABINETES DEPENDENTES DA PRESIDÊNCIA	124.496,01
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA	103.521,82
GABINETE DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL	6,62
SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO	20.967,57
UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	490.524,33
INFORMATICA	31.984,37
PATRIMÓNIO	13.062,44
RECURSOS HUMANOS	67.758,99
TESOURARIA	16.493,86
APOIO AOS ORGÃOS AUTARQUICOS	10927,96
APOIO JURIDICO	1.942,28
APROVISIONAMENTO	20.739,42
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	8.833,57
CONTABILIDADE E FINANÇAS	81.927,13
EXPEDIENTE GERAL E ARQUIVO	68.876,98
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	167.977,33
UNIDADE ORGÂNICA SÓCIO-CULTURAL	445.045,03
APOIO ADMINISTRATIVO - DSC	651,78
BIBLIOTECA E ARQUIVO	25.917,98
CULTURA	9.102,16
DESPORTO E JUVENTUDE	38.359,05
EDUCAÇÃO	11.948,32
AÇÃO SOCIAL	913,85
MUSEU	24.006,02
TURISMO	17,06
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA SOCIO-CULTURAL	334.128,81
UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS E URBANISMO	1.206.927,85
APOIO ADMINISTRATIVO - DOU	41.204,21
ÁGUA E SANEAMENTO	88.375,12
AMBIENTE E QUALIDADE	103.814,77
ARMAZÉM	12.064,06
ARRUAMENTOS E ZONAS VERDES	3.225,30
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	1.454,57
GABINETE TÉCNICO	85.441,97
GESTÃO FLORESTAL	1.258,90
GESTÃO URBANISTICA	660,39
OBRAS	231.019,28
OFICINAS	20.992,21
PARQUE DE MAQUINAS	13.237,87
REDE VIÁRIA	285,95
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA DE AMBIENTE, OBRAS E URBANISMO	603.893,25
TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	2.736.411,49

resolare

Ronaldo
CH
Coimbra

Os Custos de Estrutura totalizam €2.736.411,49. Nos Custos de Estrutura estão discriminados todos os custos afetos aos serviços inclusive as remunerações e os encargos sociais dos funcionários do Município, as amortizações, e todos os outros custos afetos a cada um dos serviços.

Como os Custos de Estrutura e o presente relatório reportam-se ambos ao ano económico de 2014, os Custos de Estrutura estão estruturados à anterior organização de serviços.

A Unidade Orgânica de Ambiente obras e urbanismo, representa 44,11% do total dos Custos de Estrutura devido ao facto de a maioria dos funcionários do Município depender desta unidade. Segue-se a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira 17,93%, os Órgãos da Autarquia, 17,15%, a Orgânica Sociocultural com um peso de 16,26%, e os gabinetes dependentes da presidência 4,55%.

No que concerne aos custos de máquinas e viaturas, o quadro n.º 29, apresenta os custos suportados pelo Município com as máquinas e viaturas, e totalizou o montante de €83872,30. As máquinas com um custo de €12.023,84 e representa 14,34% do custo total, e as viaturas com um custo de €71.848,46 que representa 85,66% do custo total das máquinas e viaturas.

Quadro n.º 30 – Custos Máquinas e Viaturas

TOTAL DOS CUSTOS MAQ. E VIATURAS	CUSTOS €
MÁQUINAS	12.023,84
GERADOR A GASOLINA - NI 1211	600,89
GERADOR A GASÓLEO – NI 1809	136,99
TRATOR CORTA RELVA – NI 2667	307,66
MOTOSERRA – NI3066	348,34
BETONEIRA – NI 3082	51,21
CATERPILLAR RECTROESCAVADORA 438C STET – NI 3676	66,33
VM DUMPER ASTEL - NI 3680	30,52
TRACTOR FORD 6600 – NI 3951	952,42
MOTOCULTIVADOR – MOTO-ENCHADA – NI 4051	29,52
JOPER 5000 L – NI 4420	954,04
ROÇADORA STIHL – NI 4468	320,97
CILINDRO – NI 4649	19,24
ESCAVADORA/TERRAPLANADORA – NI 4650	4.100,49
4*4 TRATOCARRO S/ MAT. NI 4686	94,82
PULVERIZADOR LENA 400 NI 4969	71,34
VM DUMPER ASTEL 3000 S/M – NI 5018	172,86
GERADOR LINGA HD 550 – NI 5030	603,34
MOTOSERRA STIHL MS 192 – NI 5047	212,43
MAQUINA LIMPADORA DE ESGOTOS – NI 5295	158,20
CORTA RELVAS SNAPPER – NI5302	432,63
ROÇADORA STHIL 250 – NI 5771	75,70
ROÇADOR RM 90 – NI 5772	151,66
MOTOSERRA MS 200 T – NI 5774	195,44
MÁQUINA DE CORTAR PEDRA – NI 5786	43,37
CORTA RELVAS – NI 5802	646,54
RETROESCAVADORA KOMATSU – NI 5803	504,40
GRADE DE DISCOS GALUCHO – NI 5959	3,69
ROÇADORA STHIL FS 490	102,56
BETONEIRA 300 L - NI 6182	206,12
CILINDRO BOMAG BW 138 AD – NI 6194	335,30
VOLVO PA CARREGADORA BM 4200 S/M	94,82
VIATURAS	71.848,46
IVECO CC 57-83-QS – NI 3201	6.798,67
NISSAN PICK UP 97-81-AX – NI 3440	1.534,57
RENAULT 4 TL XG-87-14 – NI 3669	800,07
TOYOTA HIACE 40-39-ET - NI 3673	72,65
mitsubishi l 200 VB-26-33 - NI 3675	939,24
VOLVO 32-61-UT – NI 3677	2.826,98
FORD TRANSIT 33-66-LF – NI 3678	894,95
TOYOTA HIACE 09-03-LG – NI 3681	1.056,34
VOLKSWAGEN PASSAT 45-57-DS - NI 3687	1.958,51
NISSAN JP 69-31-CP - NI 3688	1.676,19
VOLKSWAGEN GOLF 13-29-AM - NI 3689	7.374,74
VOLVO 64-47-GQ – NI 3769	4.980,32
NISSAN 10-70-BP – NI 3795	64,41
NISSAN VANETTE 42-31-BT – NI 3796	250,61
FIAT 55-56-DT 23-09-LF – NI 3799	2.246,88
VOLVO BJ-62-79 – NI 3950	550,27
VOLVO LG-44-42 – NI 4417	1.872,48
CITROEN SAXO - AZUL 70-61-IZ – NI 4664	950,80
CITROEN SAXO - BRANCO 08-69-IR – NI 4665	1.271,02
VOLKSWAGEN PASSAT 28-BU-26 NI 4742	1.487,52
AUTOCARRO PASSAGEIROS 28-GL-32 NI 5147	1.897,15
TRACTOR DE RASTOS – FIAT – NI 5563	4.481,87
RENAULT TRAFIC COMBI 82-LF-08 – NI 5624	11.462,96
RENAULT TRAFIC COMBI 82-LF-11 – NI 5625	11.873,87
TRACTOR JONH DEER – NI 5858	855,78
TRATOR NEW HOLLAND 42-38-RM NI 6294	150,11
FORD MONDEO 21-JB-76 NI 6297	361,54
NISSAN PICK-UP 57-53-HD – NI 6145	1.157,96
TOTAL DOS CUSTOS DE MAQUINAS E VIATURAS	83.872,30

A Presidente da Câmara Municipal,

Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

Dr. "Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara



RELATÓRIO ANUAL 2014

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012)



INDICE

1	INTRODUÇÃO	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	4
2.1	BALANÇOS	4
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	7
2.2.1	PROVEITOS	9
2.2.2	CUSTOS	11
2.2.3	RESULTADOS	13
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	14
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	16
2.5	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	17
3	CONCLUSÃO	20
4	ANEXO	23
4.1	SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO	23
4.2	MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO	24
4.3	EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA	25
4.4	PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP	26
4.5	CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	27


 1
 Relatório Anual 2014
 Câmara Municipal de Mourão
 482

1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 15 de Setembro de 2009 e 24 de Setembro do mesmo ano. O correspondente visto do Tribunal de Contas foi obtido a 26 de Novembro de 2009. De então para cá foram elaborados os correspondentes relatórios semestrais e anuais que justificaram sempre os desvios desfavoráveis verificados face aos objectivos previstos no PSF, e onde é referido expressamente, não só, que o **desequilíbrio económico verificado anualmente é o resultado do enchimento da albufeira de Alqueva e da falta de investimentos prometidos, desde 2002** (13.000.000 de Euros no Município de Mourão), mas também, da alteração dos pressupostos que serviram de suporte à elaboração e aprovação do PSF, nomeadamente, a redução sistemática das transferências anuais do Estado e a diminuição das receitas próprias do Município (receitas que estão já ao nível do ano de 2004), quando estava prevista uma actualização dessas receitas a uma taxa de inflação de 1% e, ainda, o aumento de aproximadamente de 4% dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, resíduos, eletricidade, etc.) bem acima da inflação prevista de 1%.

Acresce ainda que o Estado, perante a grave crise económica e financeira nacional e europeia, veio com **novas exigências legislativas de redução anual do nível endividamento**, difíceis de cumprir, aplicáveis a todos os Municípios, independentemente da sua dimensão, do seu **grau de dependência financeira** (face às transferências do Estado), da sua capacidade de libertar anualmente fundos (*cash flow*) e do seu desequilíbrio financeiro.

Por isso, o Município de Mourão impedido de recorrer a outras formas de financiamento de médio e longo prazo, nomeadamente, a outro empréstimo de saneamento financeiro (alínea b) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei 2/2007), ou a um **empréstimo de reequilíbrio financeiro estrutural** (nos termos do Decreto-lei 38/2008 (Lei 2/2007)) porque as **taxas de juro de mercado eram proibitivas (spread de 6,5% + Euribor)**, viu-se compelido a aderir ao PAEL para pagamento apenas das dívidas comerciais arrastadas à mais de 90 dias, tendo obtido o respetivo visto do Tribunal de Contas a 25/10/2013 ao valor de 1.174.764,62 Euros contra o que tinha sido inicialmente apresentado de 1.458.119 Euros.

Câmara Municipal de Mourão

Assim, na sequência do financiamento do PAEL (e das medidas exigidas para o seu acesso) foram ajustadas as projecções económico-financeiras do Plano de Saneamento Financeiro (PSF). Isto é, o PAEL está enquadrado e passou a fazer parte do plano de saneamento financeiro. Saliente-se que as projecções económico-financeiras ajustadas (por força de aprovação do PAEL) foram elaboradas a preços constantes (sem considerar o efeito da inflação).

Acresce que, como está previsto nas disposições transitórias do artigo 86.º da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014, continua a aplicar-se aos contratos de saneamento existentes a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de Junho.

O presente relatório, que acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2014, pretende dar cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Mourão. Por outro lado, como o PSF teve que incluir as medidas exigidas no plano de ajustamento financeiro do PAEL para poder beneficiar do empréstimo de médio e longo prazo deste (PAEL) em condições mais vantajosas de taxa de juro do que as existentes no mercado interbancário, o presente relatório, também, dá cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 do PAEL.

Câmara Municipal de Mourão

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa e os indicadores económicos, financeiros e ainda de endividamento do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2014 face ao Balanço do PSF na mesma data.

Câmara Municipal de Mourão

Mapa 1
BALANÇOS

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% Desvio	Previsão PSF 2014	Real 2014	% Desvio
ACTIVO							
Imobilizado Bruto	45.162.352	46.095.716	45.263.248	-2	46.965.743	45.483.621	-3
Bens de domínio público	32.654.256	32.511.576	34.580.516	6	32.511.576	34.707.697	7
Imobilizações Incorpóreas	15.780	15.780	15.780	0	15.780	15.780	0
Imobilizações Corpóreas	10.380.278	11.508.235	10.469.035	-9	12.378.263	10.588.619	-14
Investimentos financeiros	99.750	99.750	99.750	0	99.750	64.750	-35
Imobilizado em Curso	2.012.288	1.960.375	98.168	-95	1.960.375	106.776	-95
Amortizações Acumuladas	19.084.242	21.097.302	21.121.432	0	22.999.514	22.976.116	0
Existências	30.700	28.465	16.941	-40	28.465	9.546	-66
Matérias-Primas	30.700	28.465	16.941	-40	28.465	9.546	-66
Produtos acabados e em curso fabrico	0	0	0	-	0	0	-
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	-
Outros	0	0	0	-	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	-
Dividas de terceiros Médio/Longo prazo	0	0	0	-	0	0	-
Dividas de terceiros Curto prazo	1.726.222	284.025	1.764.668	521	284.025	1.847.222	550
Cientes, Contribuintes e Utentes	1.718.677	284.025	1.747.957	515	284.025	1.824.344	542
Estado e outros entes públicos	7.544	0	16.711	-	0	22.878	-
Outros	1	0	0	-	0	0	-
Provisões para cobranças duvidosas	1.691.065	0	1.700.798	-	0	1.720.090	-
Disponibilidades	33.847	553.841	37.882	-93	596.619	55.138	-91
Acréscimos e Diferimentos	47.856	30.526	26.807	-12	30.526	123.811	306
TOTAL ACTIVO	26.225.671	25.895.270	24.287.316	-6	24.905.864	22.823.134	-8
PASSIVO							
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros Médio/Longo prazo	7.303.177	7.892.845	7.316.463	-7	7.075.365	7.503.202	6
Dividas a Instituições Crédito	7.303.177	7.892.845	7.316.463	-7	7.075.365	7.503.202	6
Dividas a Fornecedores Imobilizado	0	0	0	-	0	0	-
Outras Dividas	0	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros Curto prazo	3.016.920	356.766	2.521.410	607	313.121	2.252.822	619
Dividas a Instituições Crédito	0	0	0	-	0	0	-
Fornecedores	1.586.838	103.541	1.281.156	1.137	102.748	1.523.044	1.382
Estado e outros Entes Públicos	749.587	60.072	884.267	1.372	58.953	500.136	748
Outras Dividas	680.495	193.153	355.988	84	151.420	229.641	52
Acréscimos custos	64.507	92.742	80.061	-14	92.742	389.599	320
Proveitos Diferidos	3.345.045	3.736.455	2.864.663	-23	4.000.173	2.653.577	-34
TOTAL PASSIVO	13.729.650	12.078.808	12.782.597	6	11.481.400	12.799.200	11
FUNDOS PRÓPRIOS							
Património	28.325.118	28.325.118	28.325.118	0	28.325.118	28.325.118	0
Reservas	666.883	666.883	666.883	0	666.883	666.883	0
Resultados Transitados	-13.731.690	-14.651.853	-16.477.315	12	-15.175.538	-17.491.555	15
Resultados Líquidos	-2.764.290	-523.685	-1.009.966	93	-391.999	-1.476.512	277
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	12.496.021	13.816.463	11.504.719	-17	13.424.464	10.023.934	-25
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	26.225.671	25.895.270	24.287.316	-6	24.905.864	22.823.134	-8

Mesa da
CâmaraRelatório
Anual 2014

Câmara Municipal de Mourão

No que diz respeito ao **Activo** se analisarmos, nomeadamente, o Mapa de Activo Bruto integrante da prestação de contas, constata-se que o **Município investiu (adjudicado a terceiros), aproximadamente, 73.669 Euros** em 2014, tendencialmente abaixo do estimado no PSF, devido às suas dificuldades financeiras.

Verifica-se ainda que o valor das **disponibilidades adicionado das dívidas de terceiros de curto prazo** (que provêm em 87% do débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros), **no valor de 1.902.360 Euros**, não chega para pagar o total do **passivo de curto prazo no valor de 2.252.822 Euros**. Isto é, se não for recebido o valor debitado (aliás provisionado) à EDP, o **deficit de fundo de maneio** será de 1.937.193 Euros.

Ao nível do **Passivo de médio e longo prazo** verifica-se que no fim de 2014 é superior à previsão do PSF devido, no essencial, a diversos efeitos conjugados:

- PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros). Situação similar ocorreu em 2014 com uma previsão de amortização de 566.075 Euros face ao real de 30.000 Euros.

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

Câmara Municipal de Mourão

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2014.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Câmara Municipal de Mourão



Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% desv.	Previsão PSF 2014	Real 2014	% desv.
Vendas	94.981	371.233	95.403	-74	371.233	133.430	-64
Produtos	94.981	368.782	92.652	-75	368.782	112.875	-69
Mercadorias	0	2.451	2.752	12	2.451	20.555	739
Prestação serviços	188.541	424.038	195.719	-54	424.038	299.447	-29
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0	0	-	0	0	-
Variação da Produção	0	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	264.975	336.400	450.745	34	370.000	315.209	-15
Transferências e Subsídios obtidos	4.030.331	4.026.374	4.484.391	11	4.026.374	3.848.937	-4
Trabalhos Própria Entidade	251.563	253.160	210.391	-17	253.160	203.907	-19
Proveitos e ganhos financeiros exploração	0	0	0	-	0	0	-
Diferenças câmbio favoráveis	0	0	0	-	0	0	-
Descontos pronto pag. obtidos	0	0	0	-	0	0	-
TOTAL PROVEITOS	4.830.390	5.411.205	5.436.650	0	5.444.805	4.800.929	-12
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	333.649	291.770	443.101	52	291.770	229.321	-21
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	-
Produtos	333.649	291.770	443.101	52	291.770	229.321	-21
Fornecimentos e Serviços Externos	952.472	950.717	1.024.562	8	941.210	1.081.019	15
Subcontratos	52.154	37.415	55.215	48	37.041	56.696	53
Trabalhos Especializados	129.532	124.869	89.596	-28	123.620	123.943	0
Electricidade/Combustíveis	293.913	150.070	183.549	22	148.570	189.998	28
Conservação e Reparação	9.854	15.176	6.077	-60	15.024	6.707	-55
O.F.S.E	467.019	623.187	690.126	11	616.955	703.675	14
Custos com pessoal	2.671.246	2.756.658	2.816.369	2	2.705.292	2.925.737	8
Amortizações	1.897.139	1.908.710	2.092.460	10	1.902.212	1.868.566	-2
Provisões	1.621.949	0	9.733	-	0	19.292	-
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	297.124	246.414	479.568	95	243.950	174.305	-29
Outros custos exploração	0	0	0	-	0	0	-
Custos e perdas financeiras exploração	0	0	0	-	0	0	-
Diferenças câmbio desfavoráveis	0	0	0	-	0	0	-
Descontos pronto pag. concedidos	0	0	0	-	0	0	-
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.773.579	6.154.269	6.865.794	12	6.084.434	6.298.240	4
RESULTADOS EXPLORAÇÃO	-2.943.189	-743.064	-1.429.144	92	-639.628	-1.497.311	134
Proveitos e Ganhos Extraordinários	304.956	206.207	515.943	150	230.940	283.544	23
Custos e Perdas Extraordinários	127.467	69.022	199.183	189	68.331	147.749	116
RESULTADOS ANTES FUNÇÃO FINANCEIRA	-2.765.700	-605.879	-1.112.384	84	-477.020	-1.361.515	185
Proveitos e Ganhos Financeiros	250.801	245.955	317.675	29	245.955	268.248	9
Custos e Perdas Financeiras	249.392	163.762	215.258	31	160.934	383.244	138
Juros suportados	249.283	163.699	215.174	31	160.871	383.112	138
Outros	109	63	84	33	63	132	110
RESULTADOS LÍQUIDOS	-2.764.290	-523.685	-1.009.966	93	-391.999	-1.476.512	277

Câmara Municipal de Mourão



2.2.1 PROVEITOS

A rubrica “**Venda de produtos**” (relativa à água) apresenta um valor abaixo do estimado no PSF (69%), em virtude do novo regulamento de água, saneamento e resíduos sólidos só ter entrado em vigor no dia 1 de Agosto de 2014 (publicado em Edital no dia 29 de Julho de 2014).

Em relação à “**Venda de mercadorias**”, apesar do peso reduzido (20.555 Euros) na estrutura de proveitos do Município, apresenta um valor bastante acima do previsto no PSF (739%).

Relativamente à “**Prestação de Serviços**” verificou-se uma diminuição de 29% devido ao novo regulamento de água, saneamento e resíduos sólidos só ter entrado em vigor no dia 1 de Agosto de 2014, conforme referido no ponto relativo à venda de produtos.

Na rubrica “**Impostos e taxas**” verificou-se uma quebra de 15% face ao previsto no PSF em resultado da diminuição dos proveitos relativos:

- ao imposto municipal sobre imóveis – IMI (devido a não terem sido ainda aplicadas as taxas máximas de IMI, estando a sua entrada em vigor prevista apenas para 2016);
- ao imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis – IMT;
- aos impostos indirectos e taxas (não cresceram ao ritmo previsto no PSF).

Relativamente à derrama (que será pouco relevante), apesar do proveito obtido ter sido superior ao estimado, apenas em 19 de Setembro de 2014 foi deliberado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a derrama no limite máximo de 1,5%.

No que diz respeito ao item mais relevante dos proveitos, as “**Transferências e Subsídios Obtidos**”, constata-se uma quebra de 4% face às previsões do PSF decorrente, nomeadamente, da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2014). De realçar que, apesar do seu efeito ser pouco relevante, ainda não entrou em vigor a aplicação das taxas máximas de IRS (a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberou à data de 19 de Setembro de 2014 fixar a taxa máxima de 5% da participação variável no IRS, portanto o impacto só será notado em 2015).

Câmara Municipal de Mourão

Saliente-se que na rubrica “**trabalhos para a própria entidade**” foram contabilizados menos 19% do que estava previsto no PSF.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” que integra, essencialmente, a imputação de proveitos diferidos apresenta um valor acima do previsto em 23%.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” apresenta um valor superior (9%) ao previsto no PSF devido aos rendimentos de imóveis.

Câmara Municipal de Mourão

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” (relativo a obras por administração directa destinadas à conservação e manutenção do património) verificou-se uma diminuição de 21% face ao previsto no PSF.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor acima da projecção (15%), uma vez que não foram obtidas todas as poupanças previstas no PSF ajustado.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**”, apesar da contenção ao nível das horas extraordinárias e das ajudas de custo verifica-se um excedente de 8% devido, nomeadamente, aos seguintes factores:

- aumento dos encargos sobre remunerações (introduzidos pelo Orçamento do Estado para 2013 que se mantêm em 2014);
- custos com pensões;
- número de colaboradores do Município não se reduziu conforme previsto no PSF nem foi cumprida a redução de pessoal prevista no artigo 63.º do Orçamento de Estado para 2014 (apesar da diminuição de 2 face a 2013);
- contabilização do valor da estimativa de férias e subsídio de férias de 2014 a pagar em 2015 no valor de 128.194,65 Euros (lançada por contrapartida da conta 2739 – Outros acréscimos de custos), que não foi efectuada em anos anteriores e, também, não estava prevista no PSF.

As “**amortizações do exercício**” estão abaixo da previsão (2%) e foram reforçadas as “**provisões**” relativas a cobranças duvidosas em 19.291,88 Euros.

No que diz respeito à rubrica de “**transferências e subsídios correntes**” apresenta um valor inferior em 29% (69.645 Euros) face à previsão do PSF.

Os “**custos extraordinários**” apresentam um valor superior ao previsto em 116% (79.417 Euros) devido, essencialmente, às perdas em imobilizações (39.901,10 Euros), às correções relativas a exercícios anteriores (60.536,06 Euros dos quais destacamos restituições de

Câmara Municipal de Mourão

38.222,08 Euros) e aos outros não especificados (43.764,12 Euros). De realçar que, apenas, foram registados 3.528,32 Euros de transferências de capital concedidas, nesta rubrica.

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se um aumento de 138% face ao estimado no PSF, decorrente do elevado valor do passivo de curto prazo, e também pelo facto do empréstimo de saneamento financeiro não ter sido reembolsado, conforme previsto no PSF.

Câmara Municipal de Mourão

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados pela quebra nos proveitos (em particular, a venda de produtos, a prestação de serviços, os impostos e taxas e as transferências e subsídios obtidos) e, também, pelo aumento dos custos respectivos (em especial fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal).

Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido e dos resultados extraordinários (penalizados pelo aumento dos respectivos custos) e financeiros (aumento dos custos).

13

Hesfazere

Câmara Municipal de Mourão

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2014	Real 2014	% Desvio
Recebimentos			
Saldo da gerência anterior	553.841	37.882	-93
Total receitas Orçamentais	5.932.258	5.216.331	-12
Receitas Correntes	4.134.142	4.378.075	6
Receitas de Capital	1.798.116	838.256	-53
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		434.815	-
Total Geral	6.486.099	5.689.028	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	5.889.480	5.016.501	-15
Despesa corrente	4.120.068	4.589.105	11
Despesa de Capital	1.769.412	427.396	-76
Operações de Tesouraria		617.388	-
Saldo para a gerência seguinte	596.619	55.138	-91
Total Geral	6.486.099	5.689.028	

O valor das receitas correntes foi superior ao estimado no PSF em virtude, principalmente, do incremento das transferências correntes (incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2014). De destacar, no entanto, a quebra significativa da venda de bens e serviços correntes.

A despesa corrente está acima da previsão devido, nomeadamente, ao aumento dos pagamentos relacionados com o pessoal (justifica-se, fundamentalmente, pelo pagamento de dívidas ao Estado com o empréstimo do PAEL num valor acima dos 300.000 Euros), com a

The image shows several handwritten signatures and initials in blue ink, likely belonging to the members of the Municipal Council of Mourão, positioned at the bottom right of the page.

Câmara Municipal de Mourão

aquisição de bens e serviços (pagamento de dívida arrastada com o empréstimo do PAEL), com juros e outros encargos e com transferências/subsídios correntes.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido à redução das verbas provenientes de fundos comunitários e, também, da quebra do FEF capital (Orçamento do Estado para 2014). Esta redução foi minimizada pela utilização da 2.^a e 3.^a tranche do empréstimo do PAEL no valor total de 469.905,85 Euros (no PSF estava previsto o recebimento da totalidade do financiamento do PAEL em 2013).

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e ao menor valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro.

Saliente-se que não se verificava **equilíbrio orçamental corrente** nos termos do artigo 40.^º da Lei n.^º 73/2013, no final de 2014.



2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2012 Real	2013 PSF	2013 Real	2014 PSF	2014 Real
FUNDO DE MANEIO	€	-2.869.360	540.091	-2.375.911	626.514	-1.937.193
LIQUIDEZ GERAL	%	0	3	0	3	0
SOLVABILIDADE	%	91	114	90	117	78
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	48	53	47	54	44
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	89	102	90	102	90
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	343	-	161	-	415
P.M. PAGAMENTOS	Dias	429	30	306	30	406
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	2.107	130	2.087	130	1.465
CASH FLOW	€	754.797	1.385.025	1.092.226	1.510.213	411.347

Da análise do mapa anterior podemos destacar, o seguinte:

- Fundo de maneio negativo;
- Insuficiente cobertura do imobilizado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamento e recebimento elevados;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

Câmara Municipal de Mourão

2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com indicadores de endividamento.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4		5	6=1-3
2012	Real 31/12/2012	4.426.911	3.541.529	7.734.282	6.892.162	4.110.15	-3.307.371	-3.350.633
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) a)	8.734.773	7.330.774	7.734.282	6.892.162	4.110.15	1.000.491	438.612
2013	Saneamento 31/12/2013	4.434.275	3.547.420	7.017.075	7.535.709	357.135	-2.582.800	-3.988.289
	Real 31/12/2013 (art.º 98.º OE 2013) b)	4.430.642	3.544.514	7.253.280	6.960.187	356.275	-2.822.638	-3.415.674
2014	Saneamento 31/12/2014	4.513.213	3.610.570	6.169.537	6.774.594	300.771	-1.656.324	-3.164.024
	Real 31/12/2014 (Lei n.º 2/2007)	4.723.978	3.779.183	7.751.471	7.201.972	301.230	-3.027.492	-3.422.789

Nota:

- a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.
- b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento líquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.

Da apreciação do mapa supra, de 31/12/2013 até ao fim de 2014, verifica-se um aumento do valor do endividamento líquido de 498.191 Euros, que motivou o incremento do respectivo excesso em 204.854 Euros (atenuado pelo acréscimo do limite em 293.336 Euros).

No entanto, quer o **valor do endividamento líquido** quer o respectivo **excesso** apresentam já um comportamento desfavorável, face ao PSF, de 1.581.934 Euros e 1.371.168 Euros, respectivamente, em resultado, nomeadamente, da não implementação atempada das medidas de maximização de receitas e de racionalização/redução das despesas previstas no PSF e do não recebimento do valor debitado à EDP.

Câmara Municipal de Mourão

No que diz respeito ao **valor do endividamento de médio e longo prazo**, verificou-se um aumento de 241.785 Euros de 2013 para 2014 (devido à utilização da 2.^a e 3.^a tranches do empréstimo do PAEL no valor total de 469.905,85 Euros) que originou também um incremento ligeiro do seu **excesso em 7.115 Euros** (amenizado pelo acréscimo do respectivo limite em 234.669 Euros). Por outro lado, as diferenças no **excesso de endividamento de MLP**, face ao PSF, decorrem, fundamentalmente, dos seguintes efeitos conjugados:

- aumento do limite em 168.613 Euros face ao PSF;
- PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros). Situação similar ocorreu em 2014 com uma previsão de amortização de 566.075 Euros face ao real de 30.000 Euros.

Em 1 de Janeiro de 2014 entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias e entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013) que estabelece um limite de 1,5 vezes da dívida total dos Municípios face à receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (Artigo 52.º). Por isso, entendemos ser uma informação relevante a posição que apresentamos do Município.

Mapa 6
Dívida total da autarquia (Lei n.º 73/2013)

Data	Dívida total excluindo orçamentais	Média da receita corrente líquida (últimos 3 anos)	Limite (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	Excesso / disponibilidade	Rácio
	(1)	(2)	(3) = 1,5 x (2)	(4) = (3) - (1)	(5) = (1) / (2)
2014	01-01-2014	9.561.494	3.883.442	5.825.163	-3.736.331
	31-12-2014	9.655.600	3.883.442	5.825.163	-3.830.437

Pela análise do quadro acima, verificamos que a dívida total do Município em 01/01/2014 excedia em 2,46 vezes o limite previsto na Lei n.º 73/2013 no valor de 3.736.331 Euros. Por isso, o FAM notificou o Município, em Dezembro de 2014, com base no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto porque era obrigatória a elaboração de um novo

Câmara Municipal de Mourão

Plano de Saneamento financeiro ou a adesão facultativa ao procedimento de recuperação financeira (previsto nos artigos 61.º e seguintes), nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013.

No final de 2014, o Município excede em 2,49 vezes o limite previsto na Lei n.º 73/2013, o correspondente a 3.830.437 Euros, pelo que deverá aderir ao procedimento de recuperação financeira (previsto nos artigos 61.º e seguintes), nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, porque não liberta anualmente meios líquidos suficientes para pagar na totalidade as prestações de capital dos empréstimos de MLP e, ainda, realizar os investimentos mínimos de manutenção e reparação das infraestruturas do concelho.



The image shows several handwritten signatures and markings in blue ink. At the top right, there is a large, stylized signature that appears to read 'Mourão'. To its left, another signature is crossed out with a large 'X'. Below these, there are two more signatures, one of which is partially crossed out. In the bottom right corner, there is a signature that appears to read 'Seixal'. Above the 'Seixal' signature, the number '19' is written. There are also some smaller, less distinct markings and signatures scattered across the page.

3 CONCLUSÃO

Apesar do visto do Tribunal de Contas, autorizando a adesão ao PAEL ter sido apenas em 25/10/2013, não podemos ignorar que o Município de Mourão, no final de 2014, apresentava já indicadores de endividamento líquido (mapa 5) e económico-financeiros (nomeadamente, os relativos ao fundo de maneio, prazo médio de pagamento e ao *cash flow* - mapa 4) muito desfavoráveis, face ao PSF ajustado, nomeadamente, por ainda não terem, também, sido implementadas algumas medidas quer do lado da receita quer do lado da despesa previstas no PAEL.

Isto é, continua a existir um *cash-flow* positivo mas insuficiente que condiciona, manifestamente, não só, a realização de quaisquer investimentos (mesmo que comparticipados) como também, o reembolso oportuno dos empréstimos contratualizados de médio e longo prazo. Por outro lado, existe um *deficit* de fundo de maneio de 1.937.193 Euros (que indica dificuldades de tesouraria e um aumento das despesas financeiras), decorrente de ainda não ter sido recebido o débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros (que foi totalmente provisionado).

Na verdade, o Estado não protege nem cuida dos Municípios que se comprometeram em cumprir um Plano de Saneamento Financeiro, de acordo com a Lei das Finanças Locais (n.º 2/2007 e Decreto-Lei n.º 38/2008), nos termos, na intensidade e no período previsto (12 anos) para recuperação do equilíbrio financeiro do Município. Pelo contrário, para além de dificultar o cumprimento do PSF (redução e cortes nas transferências), o Estado veio com as novas exigências legislativas a meio do percurso (com penalizações severas para os autarcas), nomeadamente, a Lei dos Compromissos (LCPA) de 21 de Fevereiro de 2012 que exigia, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas (vide, recusa de visto do Tribunal de Contas, em 2013, para realizar investimentos), a lei de enquadramento orçamental e a contribuição para o fundo do FAM, difíceis de cumprir, aplicáveis a todos os Municípios, independentemente da sua dimensão (capacidade de obtenção de receitas próprias), ou do nível seu desequilíbrio financeiro.

Não obstante as dificuldades financeiras, foi cumprida a legislação, nomeadamente, a utilização pelo Município do aumento da receita, quer do IMI resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (n.º 5 do art.º 94º do OE/2014) quer dos cortes salariais efetuados (n.º 3 do art.º 94º do OE/2014), na redução respectivamente, do endividamento de



Câmara Municipal de Mourão

médio e longo prazo e nos pagamentos em atraso, mas não foi possível cumprir com a disposição contida no n.º 1 do art.º 94º do OE/2014 (redução de 10% dos pagamentos em atraso) nem com a redução de pessoal prevista no artigo 63.º do Orçamento de Estado para 2014.

Por isso, na sequência do ofício da Direção Executiva do FAM, de 19/12/2014, o Município deverá elaborar um Plano de Ajustamento Municipal (PAM) e uma candidatura a um empréstimo do Fundo de Apoio Municipal (FAM) a 20 anos, porque não consegue pagar na sua totalidade, nomeadamente, as prestações dos empréstimos de MLP já contratualizados, desde o final de 2013.

Com efeito, o Município, perante uma grande concentração de reembolsos de dívida de MLP (que conduzem ao incumprimento com a instituição de crédito BPI), é obrigado a orientar-se por princípios de rigor e eficiência (princípios orientadores) consagrados no artigo 48.º (capítulo V da Lei n.º 73/2013, dedicada ao endividamento) que prosseguem os objectivos de:

- a) Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo;
- b) Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção de excessiva concentração temporal da amortização;
- d) Não exposição a riscos excessivos.

Saliente-se que, o enchimento do Alqueva (ocupação de 1/3 da superfície do concelho) constitui, até ao momento, uma autêntica calamidade pública para Mourão (desemprego, desertificação, envelhecimento e pobreza) ainda não reconhecida pelas entidades governamentais, pelo que por mais medidas de racionalização de despesa que se tomem (a maximização da receita está limitada ao nível de vida da população do concelho) aquelas medidas nunca serão suficientes para realizar os investimentos anuais necessários a um desenvolvimento económico sustentável da autarquia de Mourão.

O empobrecimento de Mourão é manifestado e demonstrado, atualmente, por infraestruturas básicas degradadas de água (desperdício de 66% de água) e de saneamento básico e, ainda, por elevadas despesas com o pessoal do Município (tornou-se o único local de refúgio à pobreza local e à migração ou emigração), pelo que tendo sido o mais afetado por investimentos da Administração Central ou regional (desaparecimento das explorações industriais e agrícolas), deverá requerer, imediatamente, o direito à concessão de auxílios

The page contains four handwritten signatures in blue ink, which appear to be the names of the council members: 'M. S. de Oliveira' (top left), 'J. C. P. G. de Oliveira' (top right), 'R. P. de Oliveira' (bottom left), and 'A. C. de Oliveira' (bottom right). There is also a small number '21' next to the signature of the first person.

Câmara Municipal de Mourão

financeiros especiais, nomeadamente, para programas de reabilitação urbana, nos termos do artigo 22.º da Lei 73/2013 (e do artigo 53.º da mesma Lei).

Câmara Municipal de Mourão

4 ANEXO

De seguida apresentamos informações relativas à execução do PAEL, que foram comunicadas à DGAL de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012.

4.1 SÍNTSE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	2012	2013 total	Valores Apurados 2013	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF 2014	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	-40.877,00	245.710,64	-215.843,20	-461.553,84		288.488,40	37.881,52	-250.606,88	
A2. Respostas não abastidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A3. Receitas efetiva	6.378.948,38	6.317.046,02	5.609.992,16	-707.053,86		5.932.257,57	4.746.425,61	1.185.831,96	
A3.1. Receita corrente	3.728.336,27	3.955.691,93	4.701.934,02	746.342,09		4.134.141,93	4.378.075,16	243.933,23	
A3.2. Receita capital (n.º deres e passivos finan.) ... do pug.	2.550.612,11	2.361.354,09	905.058,14	-1.453.295,95		1.798.115,64	368.350,43	-1.429.765,19	
A3.2.1. Venda de bens de investimento	880,86	0,00	53.071,29	53.071,29		0,00	47.605,54	47.600,54	
A4. Despesas efetiva	5.643.575,61	6.615.486,36	7.971.812,87	1.356.326,51		5.071.999,85	4.733.334,51	-338.665,34	
A4.1. Correntes	5.037.942,08	5.919.597,53	7.639.643,62	1.710.046,09		4.120.067,86	4.589.104,72	469.936,86	
A4.1.1. Juros	228.735,39	163.761,84	271.714,39	107.952,45		160.933,91	210.605,59	49.671,62	
a. Resultantes do PAEL									
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	123.759,46	121.075,25	116.331,53	-473,72		108.113,88	120.873,96	12.760,10	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	104.975,93	7.789,13	155.382,76	147.593,63		7.789,13	64.705,75	54.916,62	
A4.1.2. Despesas com pessoal	2.763.582,00	3.536.600,73	3.368.214,15	-168.386,58		2.706.413,00	3.028.574,39	322.163,39	
A4.2. Despesas de capital (n.º ativos e passivos finan.)	605.633,73	685.888,83	332.169,25	-353.719,58		951.931,00	144.225,75	-807.702,20	
A5. Saldo global	635.372,57	-298.440,34	-2.361.826,71	-2.063.380,37		860.257,72	13.091,10	-847.156,62	
A5.1. Saldo corrente	-1.309.405,81	-1.973.905,40	-2.937.709,60	-963.804,00		14.074,07	-211.029,54	-225.103,63	
A5.2. Saldo de capital	1.944.978,38	1.675.465,36	375.388,89	-3.099.376,37		846.183,65	224.126,64	432.062,09	
A5.3. Saldo primário	864.307,96	-114.478,50	-2.090.104,42	-3.955.427,92		1.021.191,63	223.696,63	-797.495,00	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-380.979,16	585.028,54	-16.114,12	-401.142,66		-417.479,99	186.739,26	1.004.219,25	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	1.458.118,54	704.858,77	-753.259,77		0,00	469.905,85	469.905,85	utilização da 2 e 3 fases do empréstimo do PAEL no valor total de 659.905,85 euros (no PSF estava previsto o recebimento da totalidade do financiamento do PAEL em 2013)
A8.2. Despesas de passivos financeiros	380.978,26	873.090,00	720.972,89	-152.117,11		817.479,99	283.166,59	-534.313,40	
a. Resultantes do PAEL		39.478,00	29.400,00	-10.078,00		54.136,39	57.054,44	2.918,05	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	380.978,26	833.612,00	691.572,89	-142.039,11		763.343,60	226.112,15	-537.231,45	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A9. Recalculo total	6.378.948,38	7.775.164,54	6.314.856,93	-1.460.313,63		5.932.257,57	5.216.331,46	-715.926,11	
A10. Despesa total	6.024.554,07	7.488.576,34	5.609.795,76	1.204.209,40		5.889.479,84	5.016.501,10	-872.978,74	
A11. Saldo para a gerência seguinte	213.517,31	532.798,84	2.933.778,03	-3.126.076,87		331.266,14	237.711,88	-93.554,26	
A12. Serviço da dívida	609.713,65	1.036.851,84	992.687,18	-44.164,66		978.413,80	493.772,12	-484.641,78	
A13. Endividamento total	9.184.859,07	8.249.611,04	9.821.162,58	1.571.551,54		7.388.485,67	8.756.022,89	2.367.597,23	
A13.1 Bancário	7.307.816,37	7.892.844,91	7.316.462,80	-578.382,11		7.075.364,92	7.503.202,06	427.837,14	
A13.1.1 Médio e longo prazo	7.307.816,37	7.892.844,91	7.316.462,80	-578.382,11		7.075.364,92	7.503.202,06	427.837,14	
a. Resultante do PAEL		1.418.640,54	704.858,77	-713.781,77		1.364.504,10	1.117.710,18	-246.799,97	PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade de este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros).
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo	7.307.816,37	6.474.204,37	6.611.604,03	137.399,66		5.710.860,77	6.385.491,88	674.631,11	
A13.2 Corte prazo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A13.2 Fornecedores	843.874,70	103.541,00	1.367.477,49	1.263.934,49		102.748,00	1.523.044,34	1.420.296,38	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeiros	1.033.168,00	253.225,13	1.137.222,29	883.997,16		210.372,76	729.776,45	519.403,70	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	329	30	165	135,00		30	415	385	

c) Correspondente à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRI/IHNI).

The image shows three handwritten signatures in blue ink placed over the bottom right corner of the financial statement table. The signatures are cursive and appear to be from local officials. One signature is partially obscured by a large, stylized 'P' mark.

Câmara Municipal de Mourão

4.2 MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2012. Valores apurados (indique o mês/bimestre em que foi executado nos rubricas respetivas)	Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2012, resultante da implementação da medida)	Valores executados		Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a 2012, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de resultado, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	
				2013	2014	2013	2014	Desvio face ao previsto	Desvio face ao previsto			
B.1 Aumento da receita												
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da repreciação dos tarifários	01-08-2014	291.406,00	0,00 0%	213.122		47.487,55	16%	338894		Edital n.º 48/2014		
2. Objetivação e racionalização das taxas cobradas pelo município.		7.589,00	-100,34 -1%	7.489								
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita												
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal e/ou Imóveis	01-01-2014	167.480,88	33.868,85 0%	201.350		55.308,87	31%	218790				
3.2 - Actualização das Rendas de Edifícios Municipais	01-01-2014	5.381,14	737,51 14%	6.119		5.402,09	100%	10783				
3.3 - Fixação no taxa máxima do desonra	01-01-2014	9.760,72	6.673,99 68%	3.087		10.846,34	111%	20607				
3.4 - Fixação nas taxas máximas de participação IRS		40.274,00	0,00 0%	40.274		-1.410,00	-4%	38864				
Total Aumento de receita (B.1)												
B.2 Redução de despesas												
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais		160.085,00										
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa												
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades		0,00	0,00 0%	0		0,00	0%	0				
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros		540.599,42	218.749,70 21%	679.349		-341.001,44	-41%	219598				
5.3 - Redução/contenção/racionalização das despesas com pessoal		3.158.448,00	209.566,15 7%	3.368.214		299.781,28	9%	3458429		Aumento de despesa com pessoal deve-se ao pagamento das penas dos atrasados, que não estavam em dia e foram assinados pelo Município por incumprimento de pagamento à CGA		
5.4 - Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital		2.474.263,00	660.330,20 25%	3.334.593		-19.877,99	-1%	2654385				
5.5 - Redução dos juros de monte imputados pelos fornecedores												
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)												
B.3 Outras medidas												
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontram a decorrer b)		0,00	0,00 0%			0%	0,00	0%	0%			
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacte financeiro para o município b)		0,00	0,00 0%			0%	0,00	0%	0%			
8. Outras medidas b)		0,00	0,00 0%			0%	0,00	0%	0%			
... discriminar cada medida numa linha		0,00	0,00 0%			0%	0,00	0%	0%			
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)												
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)												

b) Indicação do tipo de impacte que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Deverão ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

Câmara Municipal de Mourão

4.3 EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Descrição face ao previsto	Valores candidatura		Observação / Justificação
	Valores apresentados	Valores Executados		Valores estimados (AP)	Valores Executados	
	2012	2010 total		2011	2014	
Receitas correntes	3.729.266,27	3.930.481,92	4.781.934,02	-342.242,10	4.134.341,93	4.378.075,18
Impostos diretos	248.400,00	311.756,00	424.983,00	-112.233,00	545.350,00	313.956,12
IHM	150.100,00	210.100,00	201.549,73	8.562,67	241.701,00	218.781,75
IRF	58.000,00	58.000,00	172.635,63	-154.635,63	58.000,00	31.717,51
Derrama	9.600,00	9.600,00	8.066,73	8.913,23	9.000,00	10.467,05
Outros	11.500,00	34.630,00	46.933,53	-42.281,53	34.451,00	42.831,81
Impostos indirectos	7.400,00	7.400,00	16.389,10	8.799,10	7.000,00	4.441,10
Taxes, multas e outras penalidades	13.300,00	17.856,00	8.878,89	7.731,13	17.050,00	13.381,20
Taxes	12.764,00	14.007,40	7.982,62	8.518,78	14.007,40	8.766,11
Multas	2.766,00	3.542,40	2.392,33	3.823,83	3.041,60	6.517,09
Reembolsos da propriedade	246.955,00	245.935,00	324.178,83	-39.223,83	245.951,00	377.172,51
Transferências correntes	2.924.055,76	1.722.915,63	3.440.559,41	-417.143,88	2.722.515,93	3.426.305,21
Venda de Bens e Serviços correntes	279.311,80	641.830,00	279.248,50	342.654,69	786.771,00	339.234,00
Venda de Bens	16.361,51	292.074,05	81.364,51	208.799,10	357.961,63	100.661,43
Serviços	177.876,72	340.218,13	181.382,63	158.428,45	217.590,00	189.366,63
Rendas	4.094,65	9.628,81	6.181,67	3.513,94	11.807,57	30.783,25
Outras receitas correntes	8.311,61	8.500,00	8.137,76	343,34	8.500,00	8.777,68
Despesas de capital	3.550.413,11	3.839.472,63	3.613.034,91	2.000.316,72	3.798.115,84	338.254,30
Venda de Bens e Serviços de investimento	886,00	0,00	88,03	1.720,00	0,00	47.400,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,73
Habitações	886,00	0,00	53.817,73	83.821,19	0,00	1.013,69
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.996,13
Transferências de capital	3.549.731,29	3.881.214,00	3.609.348,41	1.969.793,24	3.786.115,84	320.749,91
Fundo de Segurança Financeiro (FSE)	1.544.597,80	1.301.454,00	814.941,81	490.296,15	1.301.454,00	316.467,00
Ações Representativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Possessões financeiras	0,00	1.458.118,54	704.851,77	753.259,77	0,00	469.305,85
Outras receitas de capital	0,00	0,00	2.425,20	-2.428,00	0,00	0,00
Repasse de outras receitas pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total receitas	3.719.865,26	3.775.645,63	4.331.830,99	1.466.318,62	3.932.257,67	3.233.314,11
Receitas correntes	3.718.336,27	3.830.659,87	4.329.830,99	1.466.242,10	4.134.341,93	4.378.075,18
Receitas de capital	3.710.412,11	3.830.472,63	4.312.993,67	2.000.316,72	3.798.115,84	338.254,30
Despesas correntes	5.831.942,09	5.830.837,19	7.089.645,67	4.710.040,00	4.530.672,64	4.589.166,72
Despesas com pessoal	2.763.582,00	3.256.000,00	3.846.314,15	148.360,10	3.796.411,00	3.805.745,49
Remunerações certas e permanentes	2.315.145,49	2.362.779,35	2.217.781,51	44.047,70	2.267.212,42	2.110.971,93
Alunos vestidos ou eventuais	58.325,22	57.426,36	52.647,26	4.773,10	57.716,03	59.179,45
Segurança social	189.501,29	1.216.451,12	1.097.785,16	118.685,74	181.413,57	846.416,75
Aquisição de bens e serviços	1.795.723,53	1.862.826,64	3.064.007,37	-3.483.186,73	1.000.772,12	1.000.871,93
Aquisição de bens	749.303,74	848.819,69	1.271.021,02	-402.211,39	463.400,76	381.367,79
Aquisição de serviços	961.421,79	1.214.010,87	1.704.986,35	460.973,30	543.272,24	636.702,09
Salários e auxílios emergenciais	238.795,39	343.761,84	240.998,39	-17.236,43	160.933,93	210.495,53
Despesas em FAD	34.997,40	0,00	25.697,46	41.030,00	25.021,80	20.000,10
Despesas de outras entidades de médio e longo prazo	133.758,48	121.075,25	114.415,13	4.639,73	108.111,44	120.471,94
Despesas de outras entidades de médio e longo prazo	104.975,93	7.789,13	155.382,76	-147.593,63	7.795,23	64.705,73
Transferências correntes	193.871,36	129.177,96	479.946,12	-456.171,76	127.388,58	98.894,57
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Freguesias	14.569,43	12.389,00	3.500,00	8.894,00	12.260,16	0,00
Associações de municípios	1.799,75	3.229,81	92.726,36	-189.497,05	31.975,51	43.111,96
Instituições com fins lucrativos	133.639,26	96.599,31	267.200,00	-170.466,89	95.421,33	35.900,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	19.964,90	16.970,34	15.872,26	1.047,98	16.805,51	13.876,61
Subvenções	46.983,02	44.818,56	122.486,99	-87.464,34	84.470,36	102.411,39
Empresas públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Familias	40.943,03	34.818,56	122.486,99	-47.484,54	84.470,36	102.411,39
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	164.543,44	200.847,44	122.587,75	-46.584,62	81.594,22	77.495,00
Despesas de capital	698.813,00	1.338.978,86	1.653.140,14	509.336,70	2.796.411,93	431.396,18
Aquisição de bens de capital	532.879,36	618.367,18	768.185,83	348.281,35	881.606,54	331.811,43
Investimento	532.879,36	618.367,18	768.185,83	348.281,35	881.606,54	331.811,43
Terrenos	0,00	0,00	14.700,00	-44.700,00	0,00	3.345,00
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	251.811,44	290.847,44	0,00	296.947,44	385.431,23	0,00
Construções diversas	61.919,36	103.013,63	154.793,21	-43.733,54	185.025,62	37.541,83
Outras	152.185,34	222.861,85	97.100,03	125.795,27	112.961,66	70.595,89
Licitação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de consumo durável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	73.444,37	49.021,66	63.583,42	5.458,24	68.311,43	87.314,34
Empresas públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associações de municípios	3.727,46	3.342,95	5.740,00	-44.864,95	5.507,61	32.104,34
Instituições com fins lucrativos	68.924,51	85.479,47	5.975,12	59.084,15	64.812,88	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	880.978,36	873.090,00	758.972,85	353.217,15	817.479,90	388.164,39
Resultantes das operações	39.478,00	0,00	39.478,00	54.236,29	57.054,44	-2.918,85
Resultantes de outro empréstimo de médio e longo prazo	380.978,36	833.617,00	720.873,85	112.839,11	763.341,60	537.233,45
Resultantes de empréstimo de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total despesas	8.626.534,00	7.488.276,37	8.052.780,70	-3.204.209,30	5.886.472,04	5.616.301,18
Despesas com pessoal	5.017.209,00	5.329.557,51	7.439.649,83	-3.710.046,00	4.320.067,89	4.583.024,72
Despesas de capital	885.411,00	1.358.978,00	1.851.346,14	365.816,70	1.742.411,00	427.994,00
Saída (Receita - Despesa)	254.394,00	286.986,15	3.377.954,85	2.884.323,83	42.777,74	199.810,26

Câmara Municipal de Mourão

4.4 PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

Descrição	MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO (euros)					
	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2013	Desvio	Valores candidatura	
	2012	2013 (real)			2014	Valores Executados 2014
Dívida de Curto prazo	1.877.043	356.766	2.504.700	2.347.934	310.121	2.252.821
Empréstimos de CP	0	0	0	0	0	0
Empréstimos de M.P - Valor exigível a CP	0	0	0	0	0	0
Outra	1.877.043	356.766	2.504.700	2.347.934	313.121	2.252.821
Fornecedores c/c	843.875	103.541	1.299.508	1.195.967	102.748	1.521.044
Fornecedores de imobilizado c/c	77.261	77.261	67.970	-9.291	60.568	32.975
Estado e Outros Entes Públicos	840.015	60.072	867.556	807.484	58.953	500.136
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	441.183
Administração autárquica	0	0	168.002	158.002	0	0
Outros credores	115.893	115.893	101.664	-14.228	90.853	55.109
Subtotal Curto prazo	1.877.043	356.766	2.504.700	2.347.934	313.121	2.252.821
Dívida de Médio e longo prazo	7.307.816	7.892.845	7.316.463	-576.382	7.075.365	7.503.202
Empréstimos	7.307.816	7.892.845	7.316.463	-576.382	7.075.365	7.503.202
No âmbito do PAEL			0	704.859	704.859	0
Outros empréstimos de médio/longo prazo	7.307.816	7.892.845	6.611.604	-1.281.241	7.075.365	6.385.492
Outra	0	0	0	0	0	-689.873
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e longo prazo	7.307.816	7.892.845	7.316.463	-576.382	7.075.365	7.503.202
Total da dívida	9.184.859	8.249.611	9.821.163	1.571.552	7.389.486	9.756.023
Dívida referente a operações de tesouraria e, se reflexida patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	26.220	26.220	333.176	306.956	26.220	23.200
Total da dívida de natureza orçamental	9.158.639	8.223.391	9.487.986	1.264.595	7.362.266	9.732.822
						2.370.554

Descrição	MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP					
	Valores apresentados em candidatura		2013 Valores Executados	Desvio	Valores candidatura	
	2012	2013 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)			2014	Valores Executados
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVICO DA DÍVIDA EMLP						
No âmbito do PAEL			0	0		0
Outros empréstimos de médio/longo prazo	380.978	123.759	763.344	121.075	720.973	116.416
Total	380.978	123.759	802.822	155.972	720.973	125.816

The image shows several handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the members of the Municipal Council of Mourão, placed over the bottom right corner of the document page.

Câmara Municipal de Mourão

4.5 CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

	2013 (previsto PAF)		Valores Apurados 2013		Desvio		2014 (previsto PAF)		Valores Apurados 2014		Desvio	
	D	C	D	C			D	C	D	C		
1 Disponibilidades	553.841	0	37.882	0	-515.959	0	596.619	0	55.138	0	-541.481	0
21 Dívidas de Terceiros	284.025	0	1.747.957	0	1.463.932	0	284.025	0	1.824.796	0	1.540.771	0
22 Fornecedores	0	103.541	0	1.299.508	0	1.195.967	0	102.748	0	1.523.044	0	1.420.296
23 Empréstimos Outidos	0	7.892.845	0	7.316.463	0	-576.382	0	7.075.365	0	7.503.202	0	427.837
24 Estado e Outros Entes Públicos	0	60.072	0	867.556	0	807.484	0	58.953	0	477.161	0	418.208
26 Outros Devedores e Credores	0	193.153	0	337.836	0	144.483	0	151.420	0	229.640	0	78.220
261 Fornecedores de Imobilizado	0	77.261	0	67.970	0	-9.291	0	60.568	0	43.896	0	-16.672
264 Administração Autárquica	0	0	0	168.002	0	168.002	0	0	0	141.557	0	141.557
268 Devedores e Credores Diversos	0	115.892	0	100.914	0	-14.978	0	90.852	0	43.452	0	-47.400
(26...) Outras	0	0	0	751	0	751	0	0	0	736	0	736
27 Acréscimos e Diferimentos	30.526	3.829.197	26.807	2.944.724	-3.719	-3.756.265	30.526	4.092.915	0	2.872.733	-30.526	-1.220.182
271 Acréscimos de Proveitos	30.526	0	15.990	0	-14.536	0	30.526	0	0	0	-30.526	0
272 Custos diferidos	0	0	10.817	0	10.817	0	0	0	0	0	0	0
273 Acréscimos de custos	0	92.742	0	80.061	0	-12.681	0	92.742	0	0	0	-92.742
274 Proveitos diferidos	0	3.736.455	0	2.864.663	0	-871.792	0	4.000.173	0	2.872.733	0	-1.127.440
2745 Subsídio para investimentos	0	3.736.455	0	2.864.663	0	-871.792	0	4.000.173	0	2.872.733	0	-1.127.440
2749 Outras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 IMOBILIZAÇÕES												
41 Investimentos Financeiros	99.750	0	0	99.750			99.750	0	99.750	0		
411 Partes de Capital	99.750	0	0	99.750	-99.750	99.750	99.750	0	99.750	0	0	0
412 Obrigações e títulos de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
413 (...)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
415 Outras aplicações financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	968.142	12.078.808	1.812.646	12.865.636	844.504	786.828	1.010.920	11.481.401	1.979.684	12.605.781	968.764	1.124.380
Total Considerado para Endiv. Líquido	968.142	8.342.353	1.812.646	10.000.973	844.504	1.658.620	1.010.920	7.481.228	1.979.684	9.733.048	968.764	2.251.820
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o EL				-349.914						29.123		
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO SEC 95	7.374.211			7.838.413			6.470.308			7.782.487		
EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO												
Stock em 31/Dez de EMLP excepcionados do limite de EL	357.135			362.788			300.771			301.230		
Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)	0			0			0			0		
Créditos do Município relativamente a SM e a entidades do SEL (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)	0			0			0			0		
Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes	0			0			0			0		
MONTANTES TOTAIS EXCECIONADOS DOS LIMITES	357.135			362.788			300.771			301.230		
TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR	7.017.076			7.475.625		458.549	6.169.537			7.481.257		1.311.720
Limite Endividamento Líquido da LFL	4.434.275			3.544.514			4.513.213			4.723.978		
EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	2.582.801,00			3.931.111,32		1.348.310	1.656.324,74			2.757.278,67		1.100.954
VARIAÇÃO DO EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO FACE AO ANO ANTERIOR												

The image shows several handwritten signatures in blue ink, likely belonging to local government officials, placed over the bottom right corner of the financial document.



MUNICÍPIO DE MOURÃO

As folhas 509 a 522 correspondem à Ata da Reunião de Câmara,
remetida ao Tribunal de Contas.

A handwritten signature in black ink, which appears to read "António José de Oliveira".



MUNICÍPIO DE MOURÃO

As folhas 523 a 648 correspondem à Norma de Controle Interno,
remetida ao Tribunal de Contas.

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the Mayor of Mourão, is located at the bottom right corner of the page.